

Universidade Estadual Paulista – UNESP
Programa de pós-graduação em Ciências Sociais.

Américo Rodrigues de Almeida Neto

A fragilidade da postura democrática: atitudes e valores em estudo de caso em
Americana-SP

São Paulo

2008

Américo Rodrigues de Almeida Neto

A fragilidade da postura democrática: atitudes e valores em estudo de caso em
Americana-SP

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Estadual Paulista – UNESP,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais. Área de
concentração Linha 1: Pensamento Social e
Políticas Públicas.

Orientador: Mauro de Mello Leonel Júnior

Co-orientador: Aluísio Schumacher

São Paulo

2008

Américo Rodrigues de Almeida Neto

A fragilidade da postura democrática: atitudes e valores em estudo de caso em Americana-SP

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração Linha 1: Pensamento Social e Políticas Públicas.

Aprovado em : ____ / ____ / ____

Banca examinadora

Componente da Banca – Instituição a que pertence

Componente da Banca – Instituição a que pertence

Componente da Banca – Instituição a que pertence

Agradecimentos

Ao meu orientador Mauro Leonel de Mello Jr., ao co-orientador Aluisio Schumacher e à CAPES, instituição que concedeu bolsa para realizarmos esta pesquisa.

Resumo

Associando métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa, através da teoria da ação social, buscamos definir uma amostragem em Americana-SP e compreender o sentido que a participação eleitoral possui aos entrevistados. Partimos das teorias nacionais e internacionais sobre o voto, a participação e democracia. Traçamos um breve panorama sobre a história da cidade. Definimos e aplicamos um questionário para a amostragem. E, por meio de entrevistas gravadas, analisamos o conteúdo das falas para compreendermos a forma como valores e atitudes do indivíduo influem na escolha do candidato.

Voto – Participação – Ação social – Americana – Sociologia.

Abstract

Associating quantitative and qualitative research methods, through social action theory, we try to define a sample in Americana-SP and understand the interviewee electoral participation. We start from national and international theory about voting, participation and democracy. We trace a small history view from the city. We define and apply a questionnaire to the sample. And, through the recorded interviews, we analyze the discourse contents to understand the way the values and attitudes of individual influence the choice of the candidate.

Voting – Participation – Social action – Americana – Sociology.

Lista de Figuras

Figura 1. Localização de Americana no Estado e na RMC*	24
Figura 2. Formação dos núcleos de Vila Americana e Carioba, 1875.....	25
Figura 3. Expansão de Americana até 1940.	28
Figura 4. Expansão de Americana na década de 40.....	28
Figura 5. Expansão de Americana na década de 50.....	30
Figura 6. Expansão de Americana na década de 60.....	30
Figura 7. Expansão de Americana na década de 70.....	33
Figura 8. Expansão de Americana na década de 80.....	36
Figura 9. Expansão de Americana na década de 90.....	38
Figura 10. Áreas de Planejamento da cidade de Americana.	43

Lista de Tabelas

Tabela 1. Candidatos, partidos e votos na eleição para prefeito de 1982.	35
Tabela 2. População Urbana, Rural e Suburbana do Município de Americana.	41
Tabela 3. Estimativa da População Urbana por Gênero Segundo Índice IBGE	42
Tabela 4. Estimativa da População Total por Grupos Etários em 2004.	42
Tabela 5. População por Área de Planejamento.	43
Tabela 6. Idade dos entrevistados.....	94
Tabela 7. Grau de Escolaridade.....	94
Tabela 8. Quantos Membros na Família	95
Tabela 9. Renda Familiar (salários mínimos).....	95
Tabela 10. Participa de grupo ou associação.....	95
Tabela 11. Freqüenta comícios.....	96
Tabela 12. Assiste horário eleitoral	96
Tabela 13. Identifica como cor.....	96
Tabela 14. Democracia é melhor forma de governo.....	97
Tabela 15. No voto atenta para:.....	97
Tabela 16. Interessa-se por política	97
Tabela 17. Cruzamento Idade X Interessa-se por política	98
Tabela 18 . Cruzamento Grau de Escolaridade X Interessa-se por política.....	98
Tabela 19. Cruzamento Renda Familiar X Interessa-se por política	99
Tabela 20. Cruzamento Participa de grupo ou associação X Interessa-se por política.....	100
Tabela 21. Cruzamento No voto atenta para: X Interessa-se por política.....	100
Tabela 22. Cruzamento No voto atenta para: X democracia é melhor forma de governo.....	101

Sumário

1.1 Introdução.....	10
1.2 A Interpretação Da Ação Social	14
2.1 Os Entrevistados	20
2.2 Contextualizando As Entrevistas: Um Breve Panorama Histórico E Sócio-Econômico De Americana	23
3.1 A Lida Com O Voto.....	44
3.2 Falar Sobre Democracia	57
3.3 A Busca Por Informação	67
3.4 As Formas De Participação Vislumbradas	68
3.5 A Participação No Ambiente De Trabalho.....	75
3.6 Confiança E Legitimidade.....	77
3.7 Depois Da Entrevista.....	83
4. Considerações Finais.....	85
Referências Bibliográficas	89
Apêndice A – Dados Estatísticos Para Definição Das Entrevistas.....	94
Apêndice B – Questionário Da Pesquisa Quantitativa.....	102
Apêndice C – Roteiro Para A Entrevista.....	103

1.1 INTRODUÇÃO

Se procurar bem, você acaba encontrando não a explicação (duvidosa) da vida, mas a poesia (inexplicável) da vida.

Drummond

Trata-se, primeiramente, de uma pesquisa qualitativa que busca a compreensão das vivências humanas, uma vez que seus objetivos principais são obter o conhecimento do mundo privado e subjetivo do eleitor. E compreender aspectos da vida humana não mensuráveis pela metodologia apenas quantitativa tradicional. O enfoque da pesquisa é através da teoria da ação social, de Weber.

Bourdieu coloca que é uma ilusão a imposição de uma questão como problemática compartilhada por todos e considerar a pura adição das respostas individuais, como opinião pública. As disposições de ação dos indivíduos não são consideradas, nem os fundamentos de suas opiniões, resultando que num momento de crise, de embate, a decisão pode não corresponder com sua declaração. A conjuntura exerce, sobre o indivíduo, peso que determinará a forma de ação. Por exemplo, a declaração de 70% de aprovação do governo pode não se concretizar na conversão de 70% de votos (BOURDIEU, 1987).

Utilizando-se a metodologia proposta por Weber, a análise de conteúdo foi empregada como ferramenta de compreensão das falas dos eleitores. Após as entrevistas, seus conteúdos foram transcritos e lidos a fim de encontrarmos seus sentidos, confrontando as teorias estudadas com as experiências, valores e atitudes dos entrevistados.

Através de dados coletados pelo Instituto Latinobarômetro¹ constatou-se, em 2005, que aproximadamente metade dos latino-americanos é "democratas convictos" e que apenas um terço está satisfeito com os resultados de seus regimes democráticos. Em 2002, cerca de 45% dos latino-americanos disseram ao Instituto que apoiariam um governo não-democrático se ele resolvesse os "problemas econômicos". E ainda, as pesquisas ao longo dos anos demonstraram que o respaldo à democracia no Brasil caiu 13% de 1996 a 2005 (de 50% em 1996 para 41% em 2004, e 37% em 2005), e em 2006 observamos um aumento em que 46% dos brasileiros ouvidos concordaram com a afirmação "a democracia é preferível a qualquer

¹ Latinobarômetro mede opiniões, atitudes e valores em 18 países da América Latina desde 1995.

outro tipo de governo". Apesar de que, no relatório de 2006, cerca de 53% dos brasileiros não souberam responder o que é democracia.

No mesmo relatório, indicando o descrédito em que cai o Congresso enquanto instituição na América Latina, percebemos a validade da afirmação de Bernard Manin (1995) de que o sistema de representação política parece estar passando por uma crise.

Se o indivíduo participa mais ativamente de processos democráticos, na medida em que é maior a sua convicção de que suas ações geram resultados; e quanto maior o grau de escolaridade da população, maior a incidência de indivíduos democraticamente participantes (ALMOND e VERBA, 1963); e ainda, como José Álvaro Moisés (1995) acrescenta, que não só a cultura política exerce influência sobre ações políticas dos indivíduos, mas também o funcionamento das instituições, das estruturas e das ações de elites e lideranças; se a crença na democracia e, ligada a ela, a crença na eficácia das ações populares está em decadência, a importância dada ao voto e à escolha do candidato pode ser afetada, corroborando a idéia de crise de representação e levando a questionamentos sobre a legitimidade de instituições democráticas.

Robert Putnam, em *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* (1996), arrazoa como possíveis técnicas e métodos de pesquisa: o uso da observação de campo e estudo de caso, técnicas quantitativas para diferenciar intuição e evidência e investigação do passado (relatos e estatísticos), a fim de se desenvolver uma melhor análise do assunto.

O cientista social prudente, assim como o investidor experiente, tem que recorrer à diversificação para aumentar o potencial de um único instrumento, compensando assim suas deficiências [...] temos que empregar várias técnicas (PUTNAM, 1996, p.27).

É por isso que por meio de questionários e entrevistas² realizadas em Americana - uma cidade a 136 km de São Paulo, sentido interior - este estudo busca compreender quais os fatores que são levados em conta pelos eleitores na hora de decidir o voto, bem como a forma de inserção política por eles compartilhada – e ainda qual o meio em que busca a informação política, o envolvimento em grupos e discussões políticas etc. A partir da análise desses dados, o objetivo principal é compreender como se dá a participação política, suas formas contempladas pelos cidadãos e, como afirmam Almond e Verba (1963), juntamente com

² Os questionários foram coletados entre junho e agosto e as entrevistas realizadas em outubro de 2007.

Carole Pateman (1992), se realmente a participação aumenta o interesse do indivíduo para o exercício da cidadania e os educa para isso.

Torna-se imprescindível destacar as características da cidade escolhida por sua história, seu desenvolvimento e sua configuração atual, que destoa da maior parte do país. Americana possui particularidades quanto à sua dimensão territorial, à educação, especificidade de sua formação e atividade industrial, bem como de sua população, sua taxa de urbanização e a situação da cidade no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, segundo o PNUD, que abordaremos mais adiante.

Tais particularidades destacadas revelam o fato de não pretendermos generalizar afirmando que todo o país, ou que qualquer eleitor possua as mesmas opiniões e razões dos entrevistados. Nem mesmo que estes últimos sejam uma amostra estatística dos eleitores americanenses. As peculiaridades do município surgem, então, como forma de situar o contexto de realização das entrevistas.

Temos a consciência que o “que se encontra em pequenas cidades e vilas é (por sinal) a vida de pequenas cidades e vilas” (Geertz, 1978, p.32). A análise de entrevistas a partir de uma aproximação não permite usá-la como modelo para o geral. Este trabalho pretende-se, dessa forma, apenas como uma contribuição para pensarmos as diferentes teorias sobre o voto, bem como a metodologia utilizada nessas pesquisas. Cabe explicar que Americana, com cerca de 200 mil habitantes, figura como uma cidade de médio porte, e que a afirmação exposta de Geertz é uma alusão às peculiaridades conhecidas do local de estudo.

Em relação às teorias sobre o voto, a vasta literatura existente parece não entrar em consenso quanto aos fatores de influência no voto, colocando diferentes razões para explicar as motivações do eleitor. É um costume, tanto nas teorias nacionais, quanto nas internacionais, utilizar métodos estatísticos quantitativos para se demonstrar sua validade. As pesquisas de opinião, contudo, ao estabelecerem um questionário fechado, baseado em perguntas consideradas relevantes para seu autor, não respeitam a posição do entrevistado enquanto um ser incluso em uma realidade social, com outras experiências e, por tanto, com diferentes perspectivas sobre a relevância das questões. Concomitantemente possuindo uma forma de expressão diversa daquela utilizada pelo questionário (THIOLLENT, 1987).

É a partir disto que este trabalho tentará abordar a questão da escolha do candidato por meio de entrevistas, tentando adaptar as questões e os enunciados à realidade do entrevistado.

Cabe esclarecer ainda que as entrevistas realizadas basearam-se no seguinte eixo básico, considerados temas-chaves ou eixos da pesquisa a seguir:

- Sociabilidade do eleitor, participação ou convivência com associações, formal ou informal, sejam de tipo sócio-cultural, sócio-profissional, ou grupos regulares de conversa desde o bar, até o sindicato, religião ou bairro.

- Desigualdade social e seu impacto na cultura política, acesso à informação, ao transporte, à formação formal ou informal etc.

- Identidade Cultural, Étnica, de Gênero ou pertencimento a um segmento comportamental diferenciado.

- Acesso à mídia e a que tipo de mídia, audiovisual apenas ou a jornais e revistas ou até mesmo publicações especializadas, livros etc.

- Grau de confiabilidade nas instituições políticas e na classe política, resultado da fragilidade de sua legitimidade.

- Referências políticas mais voltadas às instituições e programas ou ao líder carismático deslegitimando as instituições.

Cultura política é tomada como sendo inclinações básicas, ou tendências, e o desempenho real dos indivíduos em um determinado tempo:

Ela consiste de atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a toda uma população, assim como das inclinações e padrões que podem ser encontrados em partes separadas dessa população. Chamamos de subculturas às inclinações particulares de grupos regionais, classes sociais etc. que estão incluídos na população (ALMOND e POWELL Jr., 1972, p.20-21).

Não obstante, a cultura política pode ser reveladora de padrões, distribuindo as orientações para a ação política, não sendo homogênea a toda a população. As diferenças se dão pelos distintos níveis de educação, costumes e localidades. O processo de socialização política leva o indivíduo a construir sua cultura política, formando suas atitudes em relação a objetos políticos. Os agentes de socialização responsáveis pela difusão da cultura política são, portanto, a unidade familiar, a estrutura escolar, amigos e empregos, não esquecendo dos meios de comunicação de massa (Ibidem).

Em *The Civic Culture* (1963), Almond e Verba definem que o conceito de cultura política estava delimitado às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos. Doravante, o termo “cultura política” refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública. Através desse conceito, visava-se chegar à caracterização daquilo que seria a cultura política de uma nação, definida como “a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND e VERBA, p. 13) [Tradução livre].

Não só a cultura política exerce influência sobre ações políticas dos indivíduos, mas também o funcionamento das instituições, das estruturas e das ações de elites e lideranças, acredita José Álvaro Moisés (1995). Concomitante a tal afirmação, todavia, ele afirma que (restringindo-se à análise de países latino-americanos) a questão da desigualdade ao acesso de recursos educacionais e às informações sobre o funcionamento das instituições públicas serem muito diferentes contribuem para um posicionamento de desconfiança em relação à democracia e suas instituições. Enquanto no Brasil os recursos são distribuídos de maneira muito desigual, tal distribuição no Chile, como na Argentina e no Uruguai, é menos desigual. Moisés ainda aponta uma gama de fatores como, por exemplo, o fato da experiência ditatorial no Brasil não possuir características tão traumáticas quanto nos outros países, por não ter sido tão violenta e por não ter decaído tanto as condições de vida da população.

A confiança nas instituições não é somente uma dimensão atitudinal de valor positivo do ponto de vista moral e ético, é também imperativo para o fortalecimento da democracia. Em sociedades caracterizadas pela desconfiança prevalecem as atitudes e comportamentos políticos tradicionais, em que o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo são práticas do cotidiano político (BAQUERO, 2003, p.97).

1.2 A INTERPRETAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL

Em oposição ao positivismo, o interpretacionismo afirma que as pessoas são diferentes dos objetos, o que obriga uma metodologia diferente no estudo do comportamento humano. Este é o estudo das experiências vividas de cada um, que por sua vez se baseia nos sentidos, interpretações, atividades e interações das pessoas:

a pesquisa qualitativa abdica total ou quase totalmente das abordagens matemáticas no tratamento dos dados, trabalhando preferencialmente com as palavras oral e escrita, com sons, imagens, símbolos, etc. (MOREIRA, 2004, p.44).

É através do interpretacionismo que Weber desenrola sua teoria da ação social. Como parte das ciências da cultura essa teoria busca decifrar o sentido das condutas humanas e a única maneira de estudar esse objeto é através da compreensão.

A sociedade não é aquilo que pesa sobre os indivíduos, mas aquilo que se veicula entre eles. Por meio de valores compartilhados e introjetados de modos distintos, conforme o processo de interação em que o indivíduo está inserido, ele observa e interpreta o mundo à sua volta. É com ajuda dessa interpretação ele irá basear seus atos (WEBER, 1987).

Por ação se designará toda a conduta humana, cujos sujeitos vinculem a esta ação um sentido subjetivo. Tal comportamento pode ser mental ou exterior; poderá consistir de ação ou de omissão no agir. O termo “ação social” será reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela (WEBER, 1987, p.9).

Portanto, agir em sociedade implica certo grau de racionalidade por parte de quem age, e também no fato de que esta racionalidade sempre está referida aos outros indivíduos que o cerca. Os comportamentos dos atores são interpretados como sendo dotados de intencionalidade, como sendo ações propriamente ditas. O indivíduo constitui o único portador de um comportamento provido de sentido, de intencionalidade.

Contudo, uma ação com sentido é muito próxima de uma ação meramente reativa, de difícil distinção. “Uma parte significativa de toda a conduta sociologicamente relevante, principalmente a ação puramente tradicional [...] flutua entre os dois” (WEBER, 1987, p.10). Há certas ações com sentido típico e idêntico, repetidas pelos indivíduos às vezes até simultaneamente entre eles. Estas concernem à sociologia, enquanto a história se interessa por conexões causais de eventos únicos, importantes, decisivos.

Para Max Weber, “ação” é “um comportamento humano (quer exterior, quer interior, seja ele um fazer, omitir ou tolerar) quando e na medida em que se reveste de significação subjetiva para o agente”. Ela será chamada social quando, “segundo o significado pretendido pelo agente (ou pelos agentes), se refere ao comportamento de outros e, no seu desenrolar, por ele se orienta” (LENHARD, 1980, p.63).

Um ato pode, então, ser compreendido de forma diretamente empírica como a afirmação de uma equação matemática ou de exclamações ou expressões de demonstrem reações emocionais ou movimentos irracionais; ou então compreendido de forma explicativa, quando entendemos os motivos da pessoa, precisamente num momento particular e sob uma série determinada de circunstâncias. Trata-se de uma compreensão racionalmente baseada da motivação, uma análise do ato enquanto parte de uma situação inteligível.

A compreensão de uma ação ligada a uma seqüência compreensível de emoções pode ser aceita enquanto explicação verdadeira do curso real da ação.

Para uma ciência que trata do verdadeiro significado da ação, a explicação requer: uma apreensão da conexão de sentido dentro do qual ocorre o curso da ação real. [...] o sentido subjetivo dentro do contexto relevante de seu significado será designado como sentido “pretendido”; assim vamos além do uso comum, que considera intencional somente o comportamento (de propósito racional) orientado à meta (WEBER, 1987, p.16).

Assim, a motivação refere-se a uma conexão de sentido que fundamente a ação para o indivíduo ou para o observador. De forma que:

formas de ação que aos olhos do observador parecem compartilhar as mesmas características ou características semelhantes podem basear-se numa variedade de motivos por parte do ator individual. Situações desse tipo, que parecem compartilhar algumas características superficiais, devem ser interpretadas de forma bem diferente, mesmo que isto leve a uma análise conflitante (WEBER, 1987, p.17).

A ação social (tanto a omissão como a aquiescência), para ser social, deve ser orientada para as ações passadas, presentes ou futuras de outros. Se o contato entre duas pessoas é acidental, este não constitui ação social; apenas as interações que dele derivem. A ação social deve ser orientada com sentido para o indivíduo que dela participa. Por exemplo, uma simples imitação não se constitui em ação social, a menos que aquele que imita o faça com o sentido de enquadrar-se na “moda”, ou na “tradição”, se isto o concede prestígio social ou por algum motivo semelhante. Nesses casos, a ação (imitar) encontra uma relação de sentido para os indivíduos participantes.

Atitudes subjetivas devem ser consideradas ação social apenas se orientadas à ação de outros. A conduta religiosa não é social, se permanece

simplesmente uma questão de contemplação, de oração solitária, etc. A atividade econômica de um indivíduo apenas é social se e até o ponto em que concerne também à atividade de terceiros (WEBER, 1987, p.36).

Para Weber, a ação social pode ser classificada como racional em relação a fins, quando se tem racionalmente um fim almejado; em relação a valores, quando se baseia em crença consciente no valor absoluto da ação como tal; por afetividade, de modo emocional; ou tradicionalmente, quando sua prática constante se torna um costume.

A ação estritamente tradicional situa-se no limite de uma ação com sentido, sendo, freqüentemente, apenas reação a estímulos costumeiros. A ação afetiva também fica na linha limítrofe da consciente de sentido. A ação em relação a valores é aquela consciente dos valores últimos que a governam e sua orientação planejada para eles. Já a ação racional é orientada a fins considerando os fins, meios e efeitos secundários.

A regularidade numa orientação de ação social é chamada “uso”. O “uso” torna-se costume quando esse hábito vem de longa data. A “moda” é parte do “uso”, é uma forma de “convenção” por representar, na maioria das vezes, desejos de prestígio social. Em oposição à “convenção” e “lei”, o “costume” é uma regra internalizada no indivíduo em que este age de modo simples e inconsciente ou por conveniência; não há uma obrigação para observá-lo.

A ação social pressupõe aquilo que Weber chama de relação social; situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando orientada para estes termos. “A relação social **consiste**, assim, inteiramente na **probabilidade** de que os indivíduos comportar-se-ão de uma maneira significativamente determinável” (WEBER, 1987, p.45).

As partes mutuamente orientadas numa relação social não manifestam necessariamente o mesmo sentido subjetivo; uma atitude é diferente da outra, sem precisar de “reciprocidade”. Para as partes envolvidas as condutas demonstram várias formas e significados, mas serão mutuamente orientadas se uma parte supuser que a outra manifestará atitude particular em relação a ela e, assim, orientar-se de acordo com tal expectativa, estando ou não enganada nestas expectativas.

A relação social pode ser governada por uma autoridade legal ou tradicional e isso pode resultar em certos tipos de ação pelos envolvidos na relação. Se todos forem responsáveis pela conduta do todo há “solidariedade coletiva”; ou membros individuais, “representantes”, podem ter uma conduta que tragam obrigações para os “representados”, e se tornam responsáveis por sua conduta. Dessa forma o poder pode ser conferido de acordo com

a autoridade predominante. Ele pode ser permanente ou de prazo limitado, pode ser outorgado por atos específicos das pessoas, etc.

Sociólogos e teóricos da ciência debatem, sob influência do positivismo, a questão da objetividade do conhecimento. Baseando-se em modelos como das ciências naturais, exigem uma observação quantitativa dos fenômenos, privilegiando a indução na construção da teoria. Fundam-se, ao usarem tal modelo, no simples registro de dados como garantia de neutralidade sem problematizarem a questão da observação (THIOLLENT, 1987).

Na definição da metodologia, e das técnicas empregadas numa pesquisa, Becker explica que a ciência não deve ser reduzida a uma atividade maquinal de análise de dados e algoritmos plenamente detalhados, em busca de uma pureza, de uma racionalidade.

Ao invés de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento humano, podemos tentar tornar as bases destes julgamentos tão explícitas quanto possível, de modo que outros possam chegar a suas próprias conclusões (BECKER, 1993, p.20).

Weber, em Metodologia das Ciências Sociais (2001), explica que em nossas atividades científicas introduzimos, constantemente, elementos da cosmovisão pessoal, inclusive em nossas argumentações científicas. Ou seja, a objetividade da pesquisa fica comprometida pela experiência e pela forma de ver do pesquisador. Por isso, tanto o autor quanto os leitores devem ter a clara consciência dos critérios empregados para medir a realidade.

A neutralidade é posta de lado logo no momento em que o cientista, a partir de pontos de vista ou de idéias de valores socialmente determinados, “escolhe o objeto de estudo, seleciona e acentua os aspectos principais, atribui significação aos fatos e a suas conexões” (THIOLLENT, 1987, p.42).

Becker cita três trabalhos vencedores de prêmios que não contavam com a metodologia do *survey* e das análises de números. Para ele, é possível a realização de ótimos trabalhos sem o proselitismo das metodologias convencionais baseadas em métodos quantitativos. Assim, ele descreve três métodos usados pelos vencedores de prêmios e que os metodólogos desprezam: a observação participante, a análise histórica e, a costura de diversos tipos de pesquisa e materiais disponíveis e públicos.

Todos os três métodos permitem que o julgamento humano opere sem ser cerceado por procedimentos algorítmicos, embora todos eles permitam a

apresentação integral das bases deste julgamento necessário para satisfazer as exigências científicas (BECKER, 1993, p.22).

As questões sobre quais são as variáveis contidas num questionário de um “*survey*”, e qual a melhor maneira de escolher os entrevistados neste tipo de pesquisa, a fim de obter o melhor grau de generalização possível, deixam de lado outros problemas na implementação deste método, envolvendo a própria interação do pesquisador com aqueles que estuda, ou do pesquisador com seus colegas e assistentes. Estes problemas, diz Becker, são permeáveis à análise de variáveis e não se deve confiar apenas na lógica de tais análises ou na teoria da probabilidade e abordagens similares. Além do que, para Thiollent, a pesquisa de opinião da falsa impressão da existência de uma democracia real em que cada indivíduo tem uma opinião relevante sobre o assunto, que todos são equivalentes e possuem a mesma capacidade de intervenção na decisão final, desconsiderando as desigualdades socialmente determinadas:

O problema da imposição de problemática pelo questionário consiste no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos reativas. O problema remete à distância social ou cultural que existe entre o universo dos pesquisadores que concebem o questionário e o universo dos respondedores (THIOLLENT, 1987, p.48).

Dessa forma, a entrevista qualitativa mostra-se mais sensível às respostas, podendo-se adequar as perguntas aos entrevistados, aumentando a inteligibilidade, ao passo que possibilita maior exploração de pontos que podem se revelar interessantes na construção de uma análise dos dados coletados. A entrevista representa um momento em que o entrevistado é chamado a “parar pra pensar” os assuntos que são tratados sem reflexão, segundo Caldeira (1984).

De fato, como citado, Bourdieu coloca que o questionário obriga a pessoa a responder uma questão que pode não ter se colocado ainda, implicando uma resposta reativa sem muita correspondência com sua atitude real. Ou, até mesmo, a pergunta pode não ser feita de acordo com o entendimento do entrevistado, resultando em uma resposta diferente da pergunta.

A observação participante, a entrevista, a história de vida e a análise de documentos escritos constituem as técnicas por excelência de pesquisa social, enquanto o questionário, o formulário e outras técnicas quantitativas seriam apenas complementares (NOGUEIRA, 1979, p.14).

2.1 OS ENTREVISTADOS

Na busca por como selecionar indivíduos para as entrevistas, fizemos uma tomada de dados quantitativos, numa quantidade de 100 indivíduos pela cidade, tentando compreender uma abordagem estatisticamente correta na representação da heterogeneidade dos habitantes do município. Esse número foi obtido segundo cálculos de amostragem aleatória simples apresentados por Barbetta (1999), considerando uma margem de erro de 10%³, para uma população do tamanho de Americana.

$$no = \frac{1}{Eo^2} \quad n = \frac{N \times no}{N + no} \quad \text{para } Eo=10\% \quad N = 195 \text{ mil: } n = 99,948^4$$

Temos a consciência de que a abordagem estatística para ser representativa deve ser retirada de uma amostragem aleatória da população e, para os resultados serem confiáveis a margem de erro deve ser o quanto menor. Porém, pelo fato de nossa proposta não ser uma pesquisa quantitativa e do questionário aplicado não ser nossa principal ferramenta de trabalho, a preocupação maior foi com a aleatoriedade da amostra.

Para isso contamos com a ajuda do professor Dr. Toshio Nojimoto da Unesp de Botucatu que nos apresentou uma forma de conseguirmos tal aleatoriedade.

Segundo suas orientações, listamos as ruas de Americana atribuindo um número a cada rua para sortearmos. Depois sorteamos o número da casa e o número do apartamento (se fosse o caso). Posteriormente um novo sorteio definiria o morador – se fosse pai, mãe, filho, etc.. E, caso o número da casa ou apartamento não existisse, escolheríamos o número mais próximo quer para cima ou para baixo, ou começaríamos o sorteio novamente se nenhuma dessas opções fosse possível.

O questionário teve um papel complementar como fonte de dados e *serviu principalmente como uma prospectiva* para selecionarmos os indivíduos a serem entrevistados

³ Admitimos uma margem de erro de 10% por nossa análise não se basear no questionário quantitativo aplicado e sim nas entrevistas que dele serão realizadas.

⁴ Eo = margem de erro; no = amostragem da margem de erro; N = população; n = amostragem corrigida para este número de população.

(os dados estatísticos conseguidos dessa forma estão dispostos no Apêndice A). A cada questionário garantimos o sigilo do nome e endereço da pessoa e perguntávamos a disposição para participar, posteriormente, de entrevista gravada, para a transcrição e análise das falas. Dos cem questionários aplicados, cerca de quarenta se dispuseram à entrevista. Muitos alegavam falta de tempo, de informação ou desinteresse no assunto. Fato encontrado mesmo a aplicação dos questionários, em que muitos se recusavam a participar ao saberem que o assunto tratava de política.

A forma de aplicação da entrevista se deu pelo diálogo, e não se restringiu a uma ordem pré-estabelecida, nem apenas àquelas questões previamente definidas, embora sua definição fosse um primeiro passo metodológico, ou seja, elaboramos inicialmente um questionário adequado e orientador.

Moreira (2004), citando Sanders, observa que mais participantes não resultarão necessariamente em mais informação; ou seja, quantidade e qualidade não estão diretamente relacionadas. Da mesma forma que um grande número de perguntas não levará a um maior conhecimento do fenômeno. É preferível um número reduzido de participantes e de questões para poder se aprofundar na pesquisa.

Dos cerca de quarenta disponíveis, seis (um em cada faixa etária) deveriam ser escolhidos de maneira aleatória. Cabe explicar aqui que o sorteio teve de ser feito várias vezes, pois algumas das pessoas procuradas para a entrevista não puderam ou se recusaram a participar. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas com seis pessoas que, como foi mencionado, tiveram os nomes trocados. Estes são os dados obtidos no questionário aplicado de cada um deles:

Maria, 60 anos, dona-de-casa, casada, com o nível fundamental de escolaridade. Nas faixas de quatro a seis membros na família, três a cinco salários mínimos, não participa de nenhum grupo, associação ou sindicato. Não frequenta comícios, não assiste horário eleitoral, se identifica como branca e não soube responder se a democracia é a melhor forma de governo. Disse que na hora do voto atenta mais para o candidato e que não se interessa por política.

Antonio, 71 anos, contador aposentado, casado, com nível superior de escolaridade. Na faixa de quatro a seis membros na família, renda familiar de três a cinco salários mínimos, não participa de nenhum grupo, associação ou sindicato, mas já foi filiado ao PL (segundo ele, para não trabalhar de mesário nas eleições). Não frequenta comícios, assiste horário

eleitoral, se identifica como branco e acredita ser a democracia a melhor forma de governo. Disse que na hora do voto atenta mais para o candidato e que não se interessa por política.

Cláudio, 26 anos, estudante, solteiro, escolaridade superior incompleta, na faixa de quatro a seis membros na família, renda familiar de seis a oito salários mínimos, não participa de nenhum grupo, associação ou sindicato. Não frequenta comícios, não assiste horário eleitoral e identificou-se na cor da pele como “outro” ao declarar-se moreno. Acredita que a democracia seja a melhor forma de governo, na hora do voto atenta para candidato e partido e não se interessa por política.

Paulo, 44 anos, vigilante, escolaridade fundamental, na faixa de dois a três membros na família, renda familiar de três a cinco salários mínimos. Não participa de nenhum grupo, associação ou sindicato, apenas da igreja. Frequenta comícios, assiste horário eleitoral. Identificou-se na cor da pele como “outro” ao declarar-se moreno. Acredita que a democracia seja a melhor forma de governo, na hora do voto atenta para candidato e se interessa por política.

Aline, 23 anos, desempregada, amigada, grau de escolaridade fundamental. Na faixa de quatro a seis membros na família e sem renda familiar. Não participa de nenhum grupo, associação ou sindicato. Não frequenta comícios, não assiste horário eleitoral, se identifica como branca e disse acreditar ser a democracia a melhor forma de governo. Disse que na hora do voto atenta mais para o candidato e que não se interessa por política.

Jorge, 18, funileiro, solteiro, grau de escolaridade básico, com mais de seis membros na família, não soube responder a renda familiar. Não participa de nenhum grupo, associação ou sindicato. Não frequenta comícios, não assiste horário eleitoral, não soube definir a cor da pele e disse também não saber se a democracia é a melhor forma de governo. Disse que na hora do voto atenta tanto para o candidato quanto para o partido e que não se interessa por política.

Entrevistados para panorâmica da história política da cidade:

Antonio Miante, ex-vereador, advogado.

Diógenes Gobbo, jornalista, ex-correspondente da Folha de São Paulo, ex-redator-chefe do jornal da cidade, O liberal.

Guiomar Magri, formada em propaganda e marketing, ex-secretária de cultura esportes e turismo, de 1993 a 1996, pesquisadora com um livro no prelo sobre a história do município.

Ivanise Pioli, comerciante, filha do falecido Dr. Pedro Pioli, conhecido e importante médico da cidade.

Leandro Reami, jornalista, assessor de imprensa do deputado Antonio Mentor.

Sergio Luis Mancini, formado em administração de empresas, foi coordenador de orçamento e contabilidade da prefeitura de 1990 a 2006.

2.2 CONTEXTUALIZANDO AS ENTREVISTAS: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO E SÓCIO-ECONÔMICO DE AMERICANA⁵

Vida, lida...
 Ah, como a Vila cresceu!
 Vida, lida...
 Uma cidade apareceu!
 Vida, lida...
 O parque têxtil surgiu!
 Hino de Americana

Com pequena área territorial e com uma economia baseada na atividade industrial, atualmente, o município de Americana possui uma área de 102 km² fazendo limite com os municípios de Limeira, Cosmópolis, Paulínia, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste. A cidade localiza-se a 136 km da cidade de São Paulo pela Rodovia Anhanguera, em direção ao interior, com atividade agrícola desempenhando baixa participação na economia, sendo quase inexistente. “A Vila dos Americanos nasce do progresso econômico da atividade agrícola, porém não seria a economia agrícola agrária que caracterizaria o município que começava a desenhar-se” (PATAPOFF, 1989, p.05).

⁵ As informações para esse capítulo foram conseguidas através de consultas bibliográficas, sites e entrevistas com pessoas envolvidas na movimentação política da cidade.



Figura 1. Localização de Americana no Estado e na RMC*

Inicialmente, a cidade de Americana era uma sesmaria da família Costa Machado, localizada entre Nova Constituição (hoje Piracicaba) e São Carlos (hoje Campinas). Os primeiros a ocuparem essas terras e a formarem pequenos núcleos populacionais foram portugueses vindos de São Paulo como Bandeirantes, no século XVIII; no caminho por onde passavam eram construídas pousadas, é dessa forma que surge o primeiro povoado na região hoje denominada Americana.

A fazenda Salto Grande era a sede de toda a sesmaria (hoje ainda se encontra o casarão de Salto Grande numa área rural homônima). Seu primeiro proprietário foi Domingos da Costa Machado, que lutou pelo reconhecimento do território de Campinas. Toda a região, na época, pertencia à Campinas.

Posteriormente, em 1865, parte das terras foi vendida ao Sr. Antonio Bueno Rangel e a outra parte vendida a um grupo de imigrantes norte-americanos. Todavia, nos primeiros registros sobre a ocupação do território de Americana datados do final do século XVIII, os primeiros moradores estabeleceram-se nas terras de Salto Grande, distribuídas ao longo das margens dos rios Atibaia e Jaguari, afluentes do Rio Piracicaba. Eles cultivavam cana de açúcar e aguardente, até o crescimento do plantio de café, por todo o Estado, e em seguida algodão, juntamente com a cultura de melancias.

Terminada a Guerra da Secessão (1865), os escravocratas sulistas derrotados na guerra, por meio de propaganda, foram atraídos para um local, com “uma imensidão de terras boas, escravos ensinados e partido majoritário liberal, que possuía pontos de vista similares aos dos sulistas” (PATAPOFF, 1989, p.02). Os americanos trouxeram novas técnicas de

*

RMC: Região Metropolitana de Campinas. Fonte: <http://www.americana.sp.gov.br/>

cultivo, o arado e métodos agrícolas que tornaram o lugar um ponto de destaque no plantio de algodão e na

Figura 2. Formação dos núcleos de Vila Americana e Carioba, 1875.



Fonte: ALMEIDA, 2003.

produção de melancia aprimorando, também, a educação, atividades médicas e odontológicas. Desse modo, a prosperidade logo passou a atrair mais imigrantes consolidando uma economia agrícola no vilarejo.

Na segunda metade do século XIX, chega a estrada de ferro, que hoje passa pelo centro da cidade, trazida pelos fazendeiros do café. As lideranças imigrantes nessa época são econômicas e não políticas. Portugueses e americanos vêm com a estrada de ferro e se instalam ao redor da estação.

O aparecimento de um núcleo populacional que, posteriormente, se tornaria o município de Americana se dá com a construção de uma estação da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais. O Capitão Inácio Corrêa Pacheco comprou e loteou parte das terras próximas à estação para depois vendê-las valorizadas. Os trabalhadores da estação se fixaram neste povoado e começaram a surgir armazéns etc.

Inicialmente, o núcleo era chamado Estação de Santa Bárbara e pertencia ao município vizinho. Era o local onde os americanos se abasteciam. Mas, pela importância adquirida, esse núcleo passou a ser conhecido como Vila dos Americanos, cuja data da inauguração da estação é também considerada a data oficial de fundação do município: 25/08/1875. Embora a proximidade da vila fosse maior com o município de Santa Bárbara D'Oeste, o acesso era mais fácil à cidade de Campinas, por causa da estação. Assim, o Poder Executivo Estadual criou, em 1916, o Distrito de Paz de Vila Americana, pertencente à Campinas.

Por volta de 1880, Clement Willmont fundou a primeira indústria, posteriormente chamada Fábrica de Tecidos Carioba (que em tupi significa “pano branco”), e inicia a introdução da atividade industrial que irá se firmar na economia local como principal atividade econômica: a indústria têxtil. Em 1887, a migração italiana veio colaborar na lavoura e, posteriormente, no setor têxtil também.

Na primeira metade do século XX a economia cafeeira entra em decadência juntamente com a imigração. Nessa época é instalada a primeira usina hidrelétrica da região.

As famílias norte-americanas que vieram para a região consideravam a educação das crianças uma das prioridades; passaram a constituir escolas em suas propriedades e a contratar professores vindos dos EUA. Tais professores desenvolveram métodos de ensino que se revelaram tão eficientes que foram, posteriormente, adotados pelo ensino oficial brasileiro.

Por volta de 1917 começa a luta para que a Vila se torne município. Em 1920, a Vila Americana conta com uma população de 4.500 habitantes e uma boa produção industrial.

Havia, no distrito, Departamento de Correios e Telégrafos, jornal local, serviço policial, instalação elétrica, ensino oficial etc. Tal progresso alimentava o desejo de emancipação até que, em 1924, é criado o município de Vila Americana, mais tarde denominada apenas Americana. O primeiro prefeito foi um dos líderes desse movimento de emancipação, Jorge Gustavo Rehder.

Um bairro é criado em torno da Fábrica Carioba e esta é passada às mãos da família Müller. Carioba é comprada por Franz Müller com intenção de revendê-la, mas, ao conhecer a cidade e o bairro, decide ficar por aqui e assumir os negócios.

O bairro Carioba torna-se populoso e dotado de mais infra-estrutura que a própria Vila. Servido por uma usina hidrelétrica, possuía energia elétrica e asfalto e, pelos benefícios que desfrutava, tornou-se tão importante ou mais que a Vila. Acompanhando a prosperidade industrial, Carioba assemelha-se a uma cidade. Os imigrantes alemães contribuíram com mão-de-obra especializada e a família Müller, com sua visão social democrata, idealizou a vila operária Carioba e impulsionou a industrialização do município e da região. Esta vila foi, por várias décadas, o centro da atividade têxtil, que depois iria se irradiar para a Vila Americana, em torno de 1940.

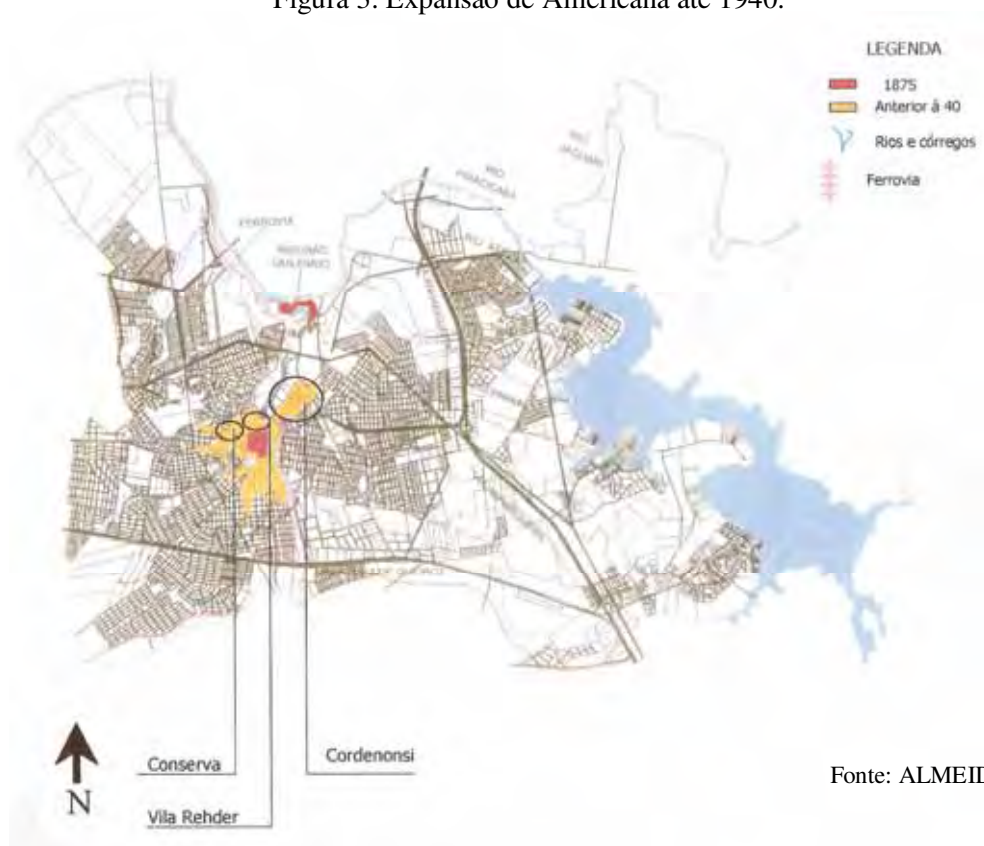
Entre os anos de 1926 a 1929, inicia-se a atividade façonista - ou sistema de façonismo - na cidade, que é uma prestação de serviços a uma firma grande. Foi nessa época que a indústria de Carioba modernizou o maquinário e vendeu o antigo para os funcionários. Estes trabalhadores adquiriram um ou dois tares usados e passaram a fabricar, em suas próprias residências, com mão-de-obra familiar:

Cumpre ressaltar que o surgimento da atividade façonista no Brasil inicia-se no município de Vila Americana, atividade que se constitui muito importante para o desenvolvimento da economia local e é forma de trabalho dominante até recentemente (PATAPOFF, 1989, p.07).

De uma atividade familiar para prestação de serviço aos Müller em Carioba, passou-se a servir às indústrias da capital e, com o aumento da encomenda, começaram a empregar pessoas de fora da família. A atividade têxtil, que já era preponderante na cidade, amplia-se com o surgimento dos fios artificiais na década de 40.

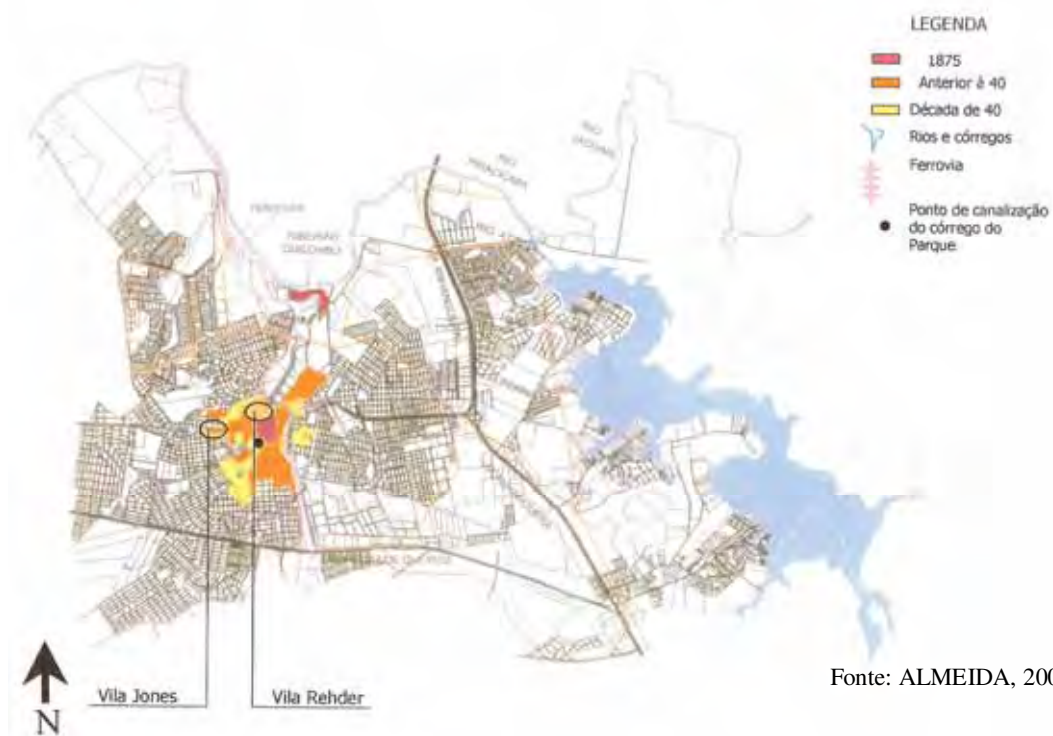
Tal atividade, paralela ao trabalho na indústria, é desenvolvida principalmente por famílias de italianos e seus descendentes. Os primeiros italianos que chegaram à região vão primeiro trabalhar na lavoura, depois grande parte se emprega na indústria de tecido e,

Figura 3. Expansão de Americana até 1940.



Fonte: ALMEIDA, 2003.

Figura 4. Expansão de Americana na década de 40.



Fonte: ALMEIDA, 2003.

posteriormente, tornam-se proprietários de tecelagens. É, então, a partir dessa época que se verifica a ascensão das famílias descendentes de italianos.

Os Árabes vêm a partir de 1938. É quando chega o futuro prefeito da cidade, Abdo Najar. Este vem da Síria para o Egito e depois para o Brasil. Ao chegar à região inicia suas atividades como mascate, depois compra a fábrica de fitas e funda a indústria de tapetes Najar (que posteriormente é comprada pela Tabacow), tornando-se um dos maiores e mais bem sucedidos empresários da cidade.

Em 1946, constitui-se a indústria de teares Nardini, produzindo o maquinário necessário à expansão da indústria e, em 1949, funda-se a primeira indústria de fiação sintética - a FIBRA - associada ao capital estrangeiro.

A malha urbana se expande e, na década de 60, o município contava com 405 indústrias e 12.000 operários para uma população de 37.856 habitantes, fato que, com a instalação da indústria Toyobo e a inserção do grande capital na economia local, exigiram uma infra-estrutura ainda maior. Com aumento da população, surge a demanda por moradia e, concomitantemente, as primeiras favelas.

Jairo Azevedo era fiscal de renda estadual vindo de São Pedro. Era populista, como afirma Diógenes Gobbo. Em 1958 foi Deputado Estadual pelo PRP (Partido Republicano Progressista) com uma campanha sem dinheiro, apenas distribuindo pirulito pra criançada. “Muita gente votou nele, e vou te confessar que até eu, porque era contra os outros candidatos”, conta Gobbo.

José Paciulli foi suplente de Estadual pelo PDC (Partido Democrata Cristão) em 1954; em 1958 não se reelegeu. Estevam Faraone foi candidato pela coligação PSP e PSD (Partido Social Progressista e Partido Social Democrático, respectivamente). Eram esses os fortes candidatos. Jairo fez essa campanha com pirulito e usava uma capa preta imitando o Tenório Cavalcanti – um deputado federal da UDN (União Democrática Nacional), justiceiro no Rio de Janeiro, que andava com uma metralhadora sob a capa e a chamava de Lurdinha.

De acordo com Diógenes Gobbo, Jairo o imitava “com uma capa preta ridícula e fazia discurso inflamado contra a elite e contra os turcos” – numa alusão negativa contra os concorrentes Jorge Arbix (descendente de turco) e Abdo Najar (sírio). Eleito Deputado Estadual (o primeiro de Americana), perdeu a reeleição em 1962. No ano seguinte, candidatou-se a prefeito numa coligação com PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com Gildo

Figura 5. Expansão de Americana na década de 50.

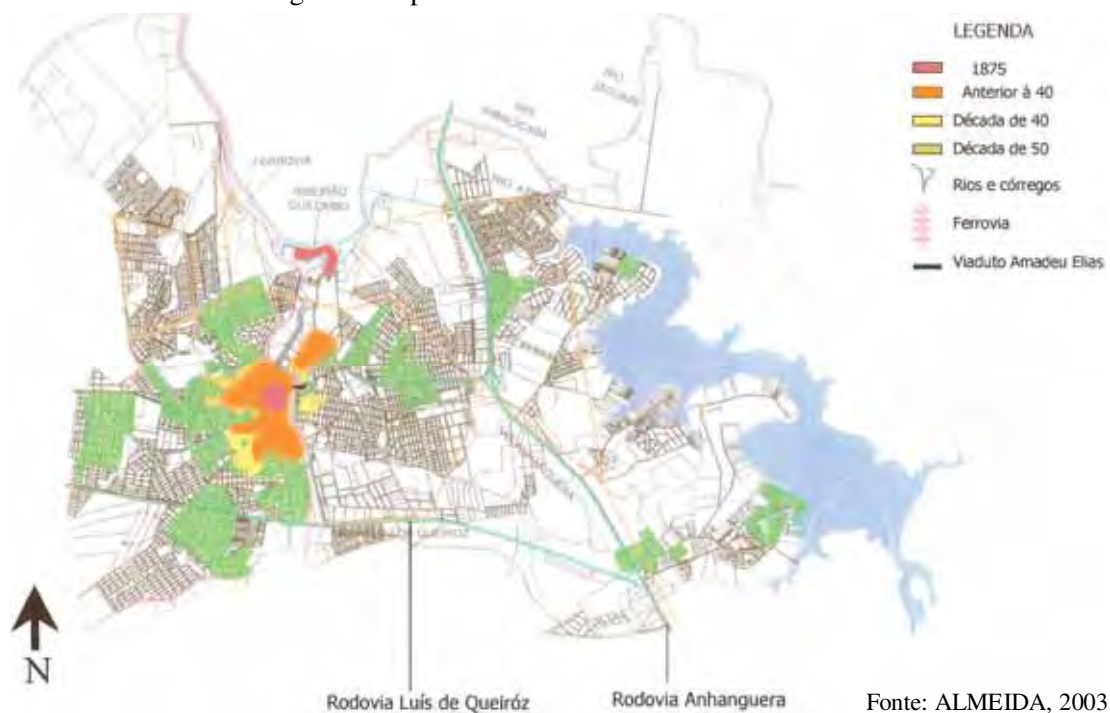
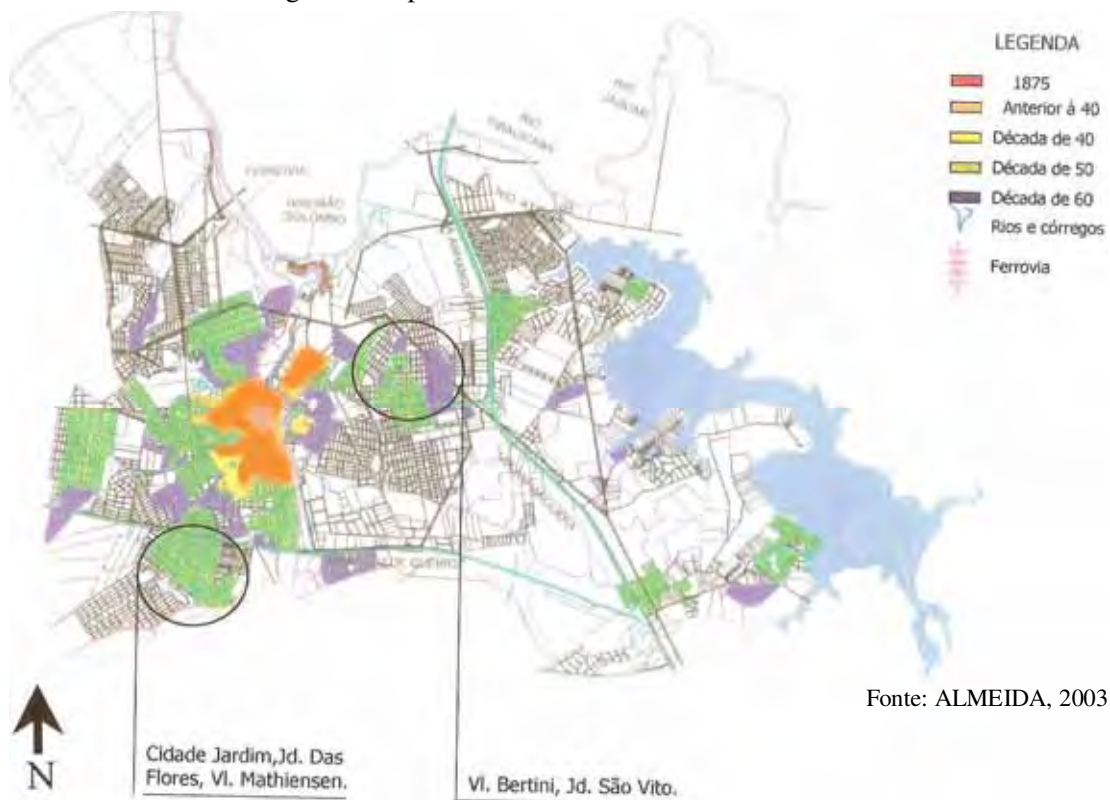


Figura 6. Expansão de Americana na década de 60.



Boer de vice. Fez uma campanha virulenta contra seus concorrentes e ganhou com uma diferença de mais ou menos uns 600 votos.

Sua posse foi folclórica em 1º de janeiro de 1964. Casou no mesmo dia na igreja matriz de Santo Antonio ao lado da então Câmara Municipal (hoje o batalhão da Polícia Militar, no centro da cidade). Saiu numa charrete da igreja com a noiva e foi tomar posse com uma batucada de samba atrás, que mais parecia um terreiro. A esposa, ainda com vestido de noiva, assistiu a posse e dali saíram mais uma vez em desfile com a charrete, comemorando a posse, relembra Gobbo.

Jairo apoiava João Goulart que estava em seu auge com suas propostas. No dia 31 de março de 1964 constava na pauta da Câmara a entrega do título de cidadão americanense para João Goulart. Foi um vereador do PTB, a pedido do Jairo, que o fez. Quando o projeto foi colocado em discussão, começaram a chegar as primeiras notícias sobre os militares. O presidente da Câmara, João Romano, tentou mas não conseguiu adiar a discussão. A votação empatou e foi para a mão do Romano. “Ele estava com medo, se sentiu acuado. Eu estava com um radinho e ele vinha correndo perguntar sobre o general. Aí ele votou contra”, diz Gobbo.

Na sessão seguinte houve a medida mais truculenta da história de Americana. Jango já havia caído, alguns “queriam a cabeça” de Jairo e decretaram seu afastamento. O vice, com medo, colocou o cargo à disposição, então Romano assume a prefeitura. Só depois que derrubaram foi instaurado o impeachment, afirma Gobbo.

O AI 1 terminava em 16 de julho e Jairo não foi cassado por ele, contudo o impeachment continuou. Jairo entrou na justiça com mandado de segurança e o juiz, Jairo Hermínio Xavier, concedeu.

“Mas Romano estava nas boas graças do exército, em Campinas, e discursava ‘com orgulho’ que havia decidido o voto contra Goulart”, conta Gobbo. O presidente do Tribunal de Justiça cassou a liminar e, concomitantemente, o vice Boer entrou com mandado também, alegando que não havia renunciado, apenas colocou o cargo à disposição. Mas perdeu, pois o tribunal viu isso como renúncia.

Waldemar Tebaldi nasceu em Araras, em 1918. Trabalhou na roça colhendo café e como auxiliar de torneiro mecânico, em São Paulo. Aos 16 anos, mudou-se para o Rio e se tornou radiotelegrafista da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Coursou

medicina no Rio de Janeiro, antes de se mudar com a família para Americana. Falecido em 2006, era um médico conhecido, tinha muito carisma, foi eleito vereador, em 1964. Era polêmico e não era assíduo de 64 a 69, quando teve um ano de mandato prorrogado. Segundo Gobbo, seu mandato de vereador foi medíocre, discutindo muita política nacional na Câmara – jornalistas e demais políticos falavam em tom de gozação que ali era “o senadinho”. Único trabalho de Tebaldi reconhecido foi criar a tribuna livre na Câmara.

Em 1968 Abdo Najar é eleito prefeito da cidade pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Ele dá início a diversas obras pela cidade, como pontes, avenidas, o paço municipal e consegue, por meio de projetos de benefícios fiscais, trazer importantes indústrias para incrementar a economia da cidade, dentre elas a Goodyear, responsável hoje por cerca de 25% da arrecadação da cidade. Sua visão era tornar a cidade mais cosmopolita, afirmam Nome Pioli e Guiomar Magri.

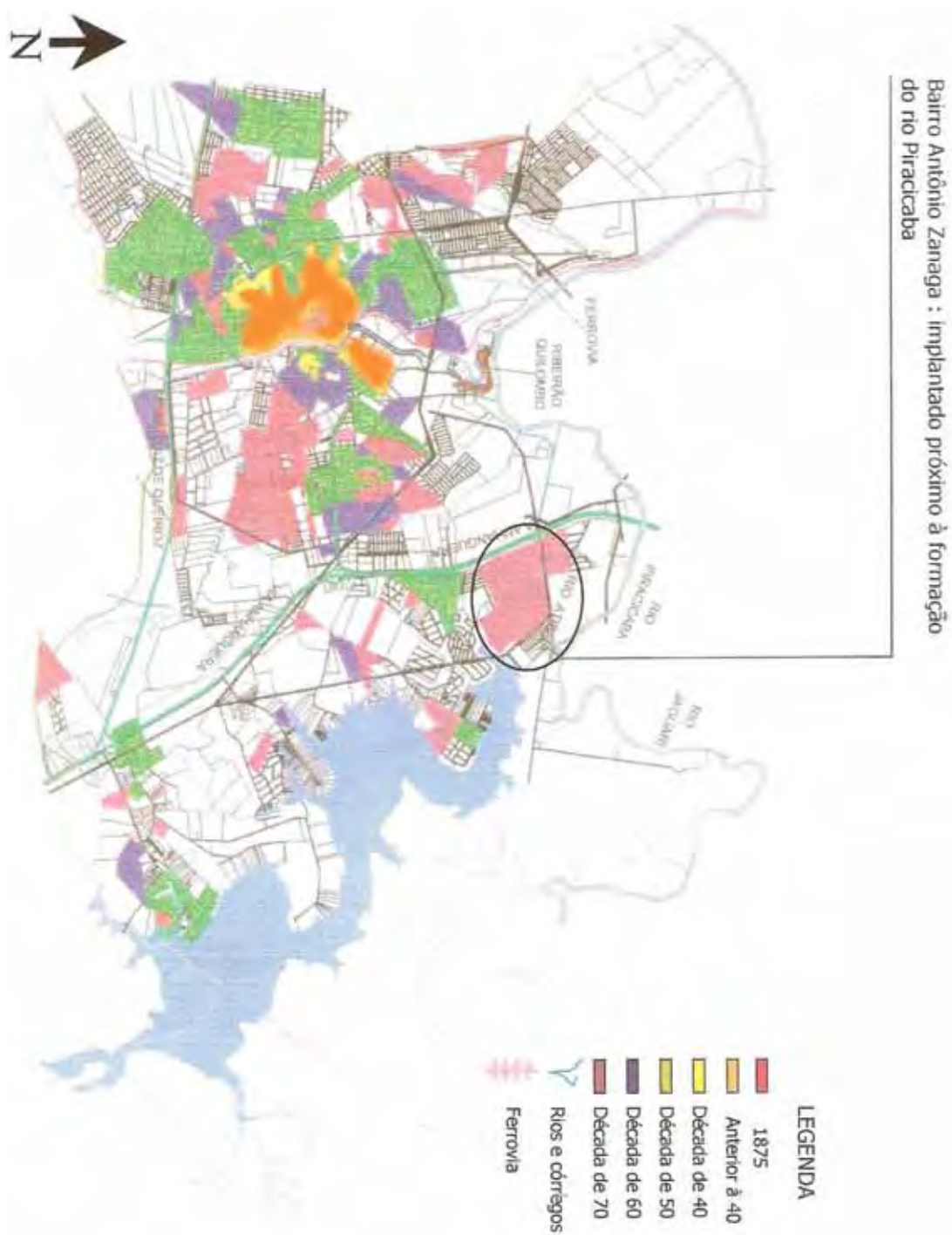
No segundo mandato de vereador, Tebaldi, opositor do governo militar estabelecido a partir de 64, permaneceu 11 meses preso em Campinas, em 1969, por sua opção política, reprimido com tortura. Saiu da cela com uma deficiência auditiva; foi quando ficou recluso, não ia à câmara e apresentava muitas licenças médicas.

Na década de 70, o município apresenta uma taxa de urbanização de 93,9% desembocando em uma cidade de pouca atividade rural e, atualmente, observa-se a conurbação com o município vizinho de Santa Bárbara D'Oeste.

Ralph Biasi, também descendente de italianos, foi eleito prefeito em 1972 pelo MDB, com apenas 24 anos. De sua posse para cá a política mudou em Americana, ele revolucionou, segundo Diógenes Gobbo, as coisas vindas de Najar, não sabe se pela pouca idade, ou pelas idéias adquiridas na faculdade. Ele desenvolveu uma campanha em torno de um grupo formado com pessoas jovens e levou novos vereadores à Câmara; foi com jovens e novatos na política que renovou os nomes das famílias que sempre estavam no poder. Porém, essa inovação não foi total, alguns dos antigos permaneceram.

Ralph veio da faculdade de engenharia de São Carlos com idéias novas, conta Nome Miente; começou num grupo de jovens do Rotary; se organizou com as instituições beneficentes. Visitava muitos bairros e fazia muitas reuniões, enfrentou todas as forças políticas de Americana, segundo Gobbo e Miente. A elite tradicional (econômica e têxtil) era fechada, com os pais desses jovens no apoio aos políticos antigos.

Figura 7. Expansão de Americana na década de 70.



Fonte: ALMEIDA, 2003.

Com Miente e outros jovens, Ralph formou um grupo que fazia discussões e, juntos, resolveram entrar no MDB. Não possuíam convicção ideológica formada, mas queriam encontrar uma via diferente das existentes para a política na época. Baseados em algumas idéias de Paulo Freire, atuavam com a população mais pobre, com os trabalhadores, tentando conquistar apoio na conversa, sem dinheiro à disposição. Começaram a aglutinar diversos ramos, facilitados pelo acesso aos estudantes e operários. Essa juventude simpatizava com o socialismo e incluía em seus discursos idéias de distribuição de rendas. Eleito, Ralph tirou Tebaldi do ostracismo criando um pronto-socorro - no casarão que foi construído por Jorge Rehder e posteriormente habitado por Antonio Zanaga - e o nomeando diretor.

Vanderlei Macris, nascido em 1950, formado em direito, descendente de italianos, torna-se conhecido ao participar da luta contra a ditadura e adquire espaço político, sendo eleito vereador em 1972 e, em seguida, o primeiro deputado estadual da cidade pelo MDB, em 1974, com 24 anos.

Durante reunião do MDB, na prefeitura, para lançar candidatura a Deputado Estadual, o preferido era um político de Santos: Joaquim Del Bosco do Amaral. Ele havia trabalhado na campanha para prefeito de Ralph e a idéia era que “se ninguém daqui quer vamos apoiá-lo”. Mas Macris disse que seria candidato: “Já que ninguém quer, eu vou”, conta Gobbo.

Ralph tinha tomado medidas antipopulares para ano eleitoral: realizou algumas cobranças de impostos. Estava preocupado com isso, em como tal fato repercutiria no voto de seus aliados. Macris falou que iria se preparar e dali 15 dias voltariam à reunião para decidir. Ele organizou um grupo de moças para telefonar o dia todo e visitou muita gente. Ele revolucionou. Foi um vereador inexperiente, sem muita expressão, porém sempre foi correto, honesto: progrediu. Ele veio no rastro do Ralph, afirma Gobbo.

Em 1976, Ralph, em fim de mandato, apóia e elege Tebaldi (MDB), contra Najjar (então na ARENA). Nos primeiros meses de governo, Tebaldi rompe com todos que o ajudaram, inclusive Ralph, e forma um grupo novo, com pessoas que trouxe do Rio de Janeiro, e exerce um mandato de seis anos.

Um novo bairro popular, com casas populares, denominado Antonio Zanaga, concebido e construído em grande parte na gestão Ralph, é entregue por Tebaldi e constitui seu principal reduto eleitoral, posteriormente, expõe Magri.

Na eleição de 1978, Macris é reeleito deputado estadual e Ralph eleito deputado federal com 24.975 e 26.040 votos na cidade, respectivamente, em campanha conjunta pelo

MDB. Poucos anos depois, na eleição de 82, quando houve disputa tanto para cargos municipais quanto estaduais e federais, Macris se reelege novamente no estado e Ralph como deputado federal, agora sob a sigla PMDB. Neste ano, a eleição para prefeito é feita através de um sistema de sublegenda, com vários candidatos do mesmo partido. Encontrava-se o partido vencedor pela soma dos votos dos candidatos e, dentro desse partido, ganhava o candidato que tivesse mais votos. É assim que Abdo Najar (PDS), mesmo sendo o mais votado individualmente, perde para o empresário Carrol Meneghel (PMDB), o segundo mais votado.

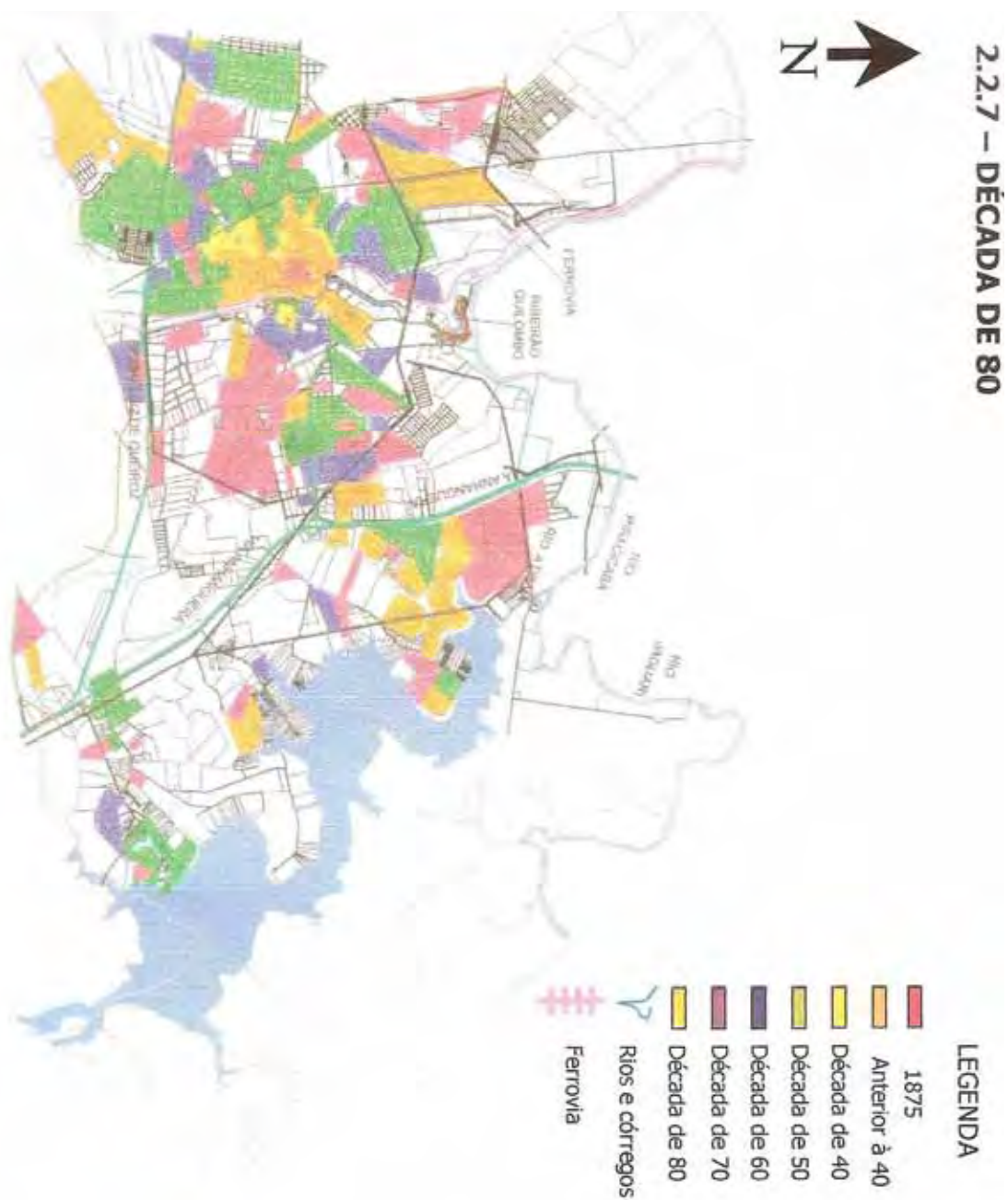
Tabela 1. Candidatos, partidos e votos na eleição para prefeito de 1982.

Candidatos	Partido	No. de Votos	Totais
Abdo Najar	PDS	17.478	19.981
Carrol Meneghel	PMDB	11.622	28.506
Frederico Polo Muller	PMDB	9.295	-
Marco Antonio Biasi	PMDB	7.589	-
Raul Leme Brisolla Junior	PT	4.875	8.237
Wilson Camargo	PT	1.764	-
Javert Galassi	PT	1.598	-
Joao Batista Barbosa	PTB	1.589	2.594
Luiz Euclides Rovina	PDS	1.026	-
Jairo De Azevedo	PTB	1.005	-
Geraldo Pinhanelli	PDS	746	-
Roberto Dollo	PDS	731	-
Rubens Zaoral	PDT	274	274

Fonte: <http://www.seade.gov.br/>

Ligado à Quércia, Ralph pressiona com seu grupo para que este seja o vice, na campanha de Franco Montoro para governo do Estado. Nesse ano, Ralph apoiou seu primo Marco Biasi, no mesmo partido do médico Frederico Polo Muller, conquistando o cargo de prefeito para Carrol Meneghel. O PDS do ex-prefeito Abdo Najar, com o popular radialista Geraldo Pinhanelli dentre outros, não conseguiu fazer a maioria dos votos. Porém, o filho de Abdo, Same Najar, é eleito vereador pelo mesmo partido do pai.

Figura 8. Expansão de Americana na década de 80.



Fonte: ALMEIDA, 2003.

Já na eleição de 1986, Tebaldi foi candidato a deputado Federal pelo PDT e contrariando todo seu discurso apoiou Antonio Ermírio de Moraes, “ele nunca teve muita coerência política. Ele subiu no palanque com o Antonio Ermírio, tiramos foto e publicamos; ele ficou muito bravo, pois queria ficar meio escondido, não queria ser visto lá”, conta Gobbo. “Ele sempre criticava a elite, os ricos. Ele o apoiou porque queria ser constituinte”, completa. Nesse ano, Macris é reeleito deputado estadual pela quarta vez, enquanto Ralph se reelege deputado federal, ambos pelo PMDB, em campanha conjunta. Same Najar (PDS) também disputa a vaga estadual mas não consegue eleger-se.

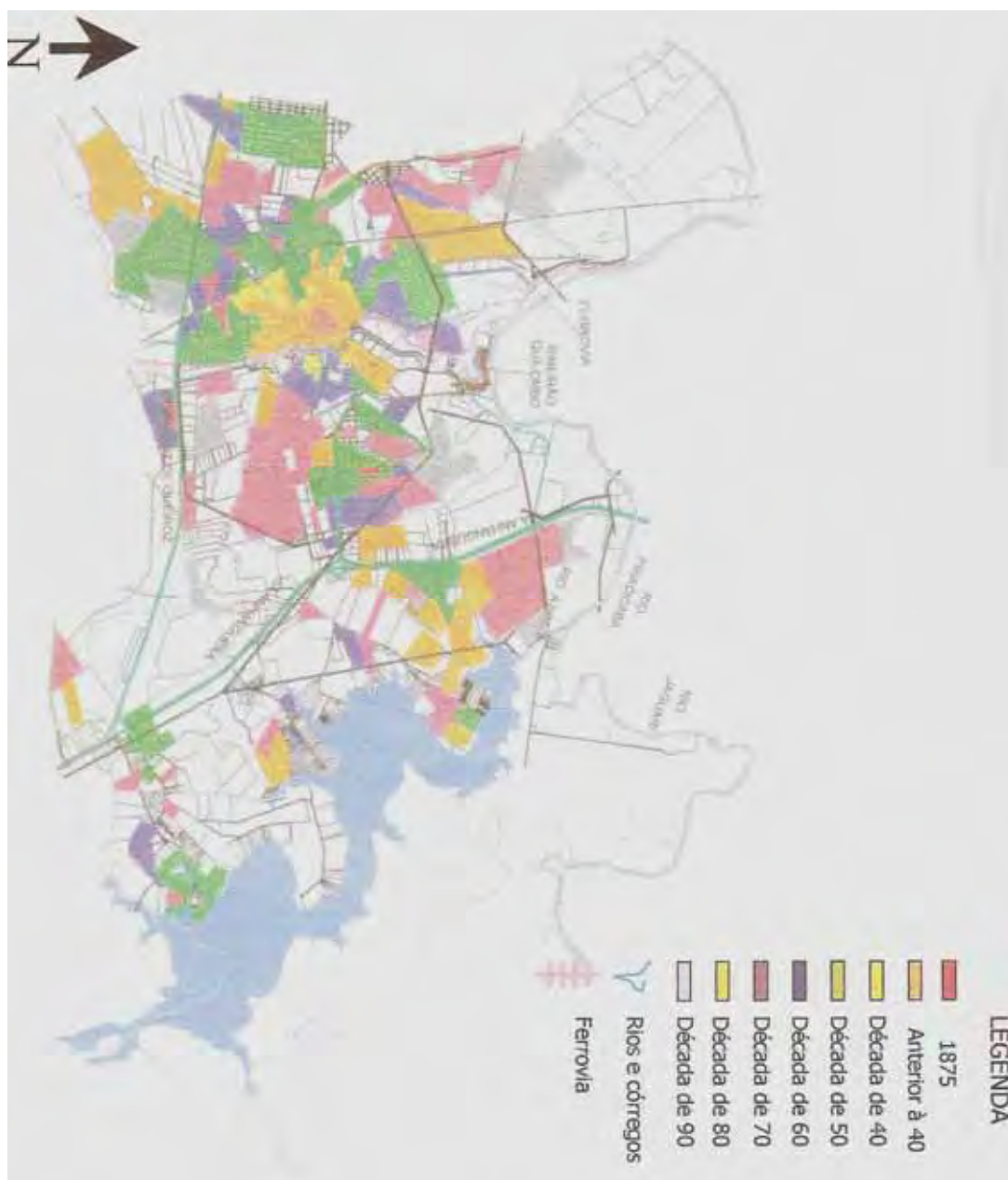
Ralph assume a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado no governo Quéricia. Em 1988, Tebaldi disputa e vence para prefeito pelo PDT, quando já não valia mais o sistema de lista anterior. Nessa campanha ele concorreu, curiosamente, contra Abdo Najar (PL) e Same Najar (PTB), pai e filho, e também contra Frederico P. Muller (PMDB). É nesse ano que entra João Jorge de Souza para a política americanense. Eleito vereador pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), começa a demonstrar a força eleitoral do segmento evangélico na cidade. Também como vereador, inicia Antonio Mentor de Mello Sobrinho pelo PT (Partido dos Trabalhadores), nascido em 1950, na Cidade de São Paulo, vindo para Americana na década de 70.

Nesse ano, entra para a política também Francisco “Chico” Sardelli, que havia sido Presidente da Liga Americanense de Futebol de Salão, entre os anos de 1987 e 1988. Ele iniciou sua carreira política em 1988, sendo vice na chapa do então candidato a prefeito Abdo Najar.

Como deputado pelo PMDB, Macris se une a outros nomes de destaque na política nacional para fundar o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), juntamente com Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Sérgio Motta, José Serra, Fraco Montoro, Geraldo Alckmin, dentre outros.

Na eleição seguinte, em 1990, Macris tem uma queda expressiva no número de votos na cidade (cai de cerca de 19 mil para 3 mil votos) e não consegue se eleger na primeira campanha para deputado federal. João Jorge (PDT), com o apoio de Macris, bem como Carrol Meneghel (já no PMDB), tentam o cargo na assembleia legislativa estadual (Alesp) e não conseguem. Para deputado federal, Frederico P. Muller tenta candidatar-se pelo PMDB, apoiado por Ralph, e também não atinge votação suficiente. Nessa época, Ralph é nomeado ministro da Ciência e da tecnologia por Sarney e falece o ex-prefeito Abdo Najar.

Figura 9. Expansão de Americana na década de 90.



Fonte: ALMEIDA, 2003.

Durante seu mandato de vereador anti-Tebaldi, Mentor chegou a pedir seu impeachment. Depois começa a se aproximar de Tebaldi e vira seu secretário, período que cresce politicamente, afirma Gobbo. A oposição por parte do PT era muito forte, de modo que, para neutralizá-los, Tebaldi os chama para compor o governo, complementa Mancini.

Em 1992, pelo PMDB, o médico Frederico P. Muller é eleito prefeito, contra Antonio Mentor (PT), Carrol Meneghel (PST - Partido Social Trabalhista) e Chico Sardelli (PSDB); este último ocupou o cargo de Presidente do Rio Branco Esporte Clube (um clube de futebol da cidade) de 1989 a 1991.

Macris (PSDB) retorna à Alesp em 1994. Carrol tenta mais uma vez para deputado estadual, dessa vez pelo PP (Partido Progressista) e não consegue. E Ralph Biasi (PMDB) perde aquela que seria sua última disputa eleitoral, a de deputado federal. Já em 1996, Tebaldi consegue novamente se eleger pelo PDT, num pleito contra João Jorge (PSDB), José D. Chávare (PSL) e Celso Zoppi (PT).

Em 1998, Macris se reelege para a Alesp (chegando à sua presidência em 99), Mentor fica na suplência do PT e Chico Sardelli (no PFL) consegue ser suplente de deputado federal, assumindo em 2000.

No ano de 2000, a disputa para a prefeitura fica entre Francisco Sardelli pelo PFL (com Carrol Meneghel de vice), numa “campanha inflamada” (GOBBO) contra João Jorge (com Macris de vice, ambos PSDB), e Tebaldi (PDT) que vence a reeleição tendo como vice Erich Hetzl Júnior (PDT), um funcionário público da prefeitura sem nome na política nem participações em outras campanhas.

Erich foi escolhido por Tebaldi para evitar divisão interna no partido. As duas maiores lideranças do PDT, Gelson Ginetti e Herb Carlini, disputavam para ver quem seria o vice de Tebaldi. Tal contenda permaneceu até a hora da convenção, onde deveria ser anunciado um nome para o cargo. Foi então que Tebaldi anunciou o nome de Erich, conta Mancini. Alguém que, por sua neutralidade, poderia atrair o apoio dos dois líderes e evitar o enfraquecimento interno do partido.

Nesse mesmo ano, inicia-se também, na carreira política como vereador, o jovem estudante de direito Diego De Nadai, pelo PMDB, filho de Oswaldo De Nadai (eleito vereador em 1976). Aos 20 anos, disputou as eleições municipais sendo eleito o mais novo vereador da história de Americana.

Em 2002, Macris (PSDB) é eleito, pela sétima vez, deputado estadual junto com Antonio Mentor (PT), enquanto Chico Sardelli, então vice-presidente regional da Federação Paulista de Futebol, consegue a suplência da Câmara Federal pelo PFL, assumindo entre 2005 e 2006. Carrol Meneghel novamente fica na suplência da Alesp, pelo PPS, juntamente com Frederico P. Muller, este pelo PMDB.

Aos 85 anos, o prefeito eleito pede, em 2003, afastamento do cargo por problemas de saúde. Assume então seu vice, Erich Hetzl Júnior, que conseguirá a reeleição em 2004, contra Antonio Mentor (PT) e Chico Sardelli (pelo PFL e João Jorge de vice pelo PSDB). Nessa eleição, Diego De Nadai é reeleito como o vereador mais votado, pelo PPS.

Após a reeleição pelo PPS, De Nadai aproxima-se de Sardelli, filia-se ao PFL e, posteriormente, ambos vão para o PV para disputar as eleições de 2006. Nessa eleição, Macris consegue se eleger, pela primeira vez, deputado federal, enquanto De Nadai fica como suplente pelo PV; Mentor e Sardelli elegem-se para deputado estadual, PT e PV respectivamente, e João Jorge (PSDB) é suplente na Alesp.

No fim de 2007, De Nadai rompe com Sardelli e filia-se ao PSDB. Sua intenção declarada de ser candidato a prefeito em 2008 o leva a aliar-se a Macris, enquanto outro filho de Abdo Najar, o empresário Omar Najar apresenta-se como candidato a prefeito do PMDB.

Atualmente, a cidade possui a taxa de urbanização em torno de 99,8 % e taxa de alfabetização de 95,62%. Sua densidade demográfica em 2004 era de 1.369 hab./km², com uma renda *per capita* de R\$ 16.292,00 (em 2002) enquanto a média nacional é, segundo relatório do PNUD⁶, US\$ 7.790 (em 2005). As principais etnias que compõe sua população são de influência americana, portuguesa, alemã, árabe e, predominantemente, italiana. Segundo dados da Secretaria de Planejamento, o **IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal gira em torno de 0,84; enquanto o **Índice de Desenvolvimento Humano Nacional** gira em torno de 0,792⁷.

Os índices de desenvolvimento humano municipal, com um nível acima da média nacional, ilustram bem as especificidades encontradas no município estudado em relação ao resto do país.

No ano de 1940, Americana apresentava, segundo os dados da tabela 2 (próxima página), uma população rural quase 104% maior que a urbana, que é quase a mesma que a

⁶ <http://www.pnud.org.br/>

⁷ Fonte: IBGE, Secretaria de Planejamento do Município, PNUD

população suburbana. Nesse período, Nova Odessa, um município vizinho, era distrito de Americana. Nos anos 50, a população urbana aumenta quase 300%, ultrapassando a rural, que cresce apenas aproximadamente 0,74%; enquanto a suburbana sofre incremento de 45%. Dessa data em diante, o número da população rural, em queda constante, chega, em 2004, a representar menos de 1% da população total da cidade.

Observa-se também na tabela 2, portanto, um movimento singular de substituição da população rural pela urbana. Ao final de 2004, a população urbana apresenta um número 419 vezes maior que a população rural.

Tabela 2. População Urbana, Rural e Suburbana do Município de Americana.

Ano	Urbana	Rural	Suburbana	Total
Americana	2.679	4.762	2.115	10.556
Nova Odessa	554	1.847	546	2.947
1940*	3.233	6.609	3.661	13.502
Americana	8.838	4.853	4.492	18.183
Nova Odessa	587	1.805	840	3.232
Total 1950*	9.425	6.658	5.332	21.415
1960	32.000	5.856	-	37.856
1970	62.387	4.384	-	66.771
1980	121.794	261	-	122.055
1991	153.591	187	-	153.778
1996	167.756	155	-	167.911
2000	181.867	433	-	182.300
2001	185.694	442	-	186.136
2002	189.297	451	-	189.748
2003	192.971	460	-	193.431
2004	196.716	469	-	197.185

* O Município de Americana abrangia o Distrito de Nova Odessa

Fonte: IBGE, Secretaria de Planejamento do Município.

Segundo as tabelas 3 e 4, a estimativa da população urbana por gênero demonstra um equilíbrio entre os números de homens (cerca de 49,43%) e mulheres (cerca de 50,56%) na cidade, no ano de 2004, em pesquisa feita pelo IBGE. Tal equilíbrio é verificado ao longo das diferentes faixas-etárias.

Tabela 3. Estimativa da População Urbana por Gênero Segundo Índice IBGE

Ano	Homens	Mulheres	Total
2000	90.264	92.328	182.592
2001	92.017	94.120	186.136
2002	93.803	95.945	189.748
2003	95.625	97.806	193.431
2004	97.481	99.704	197.185

Fonte: IBGE, Secretaria de Planejamento do Município.

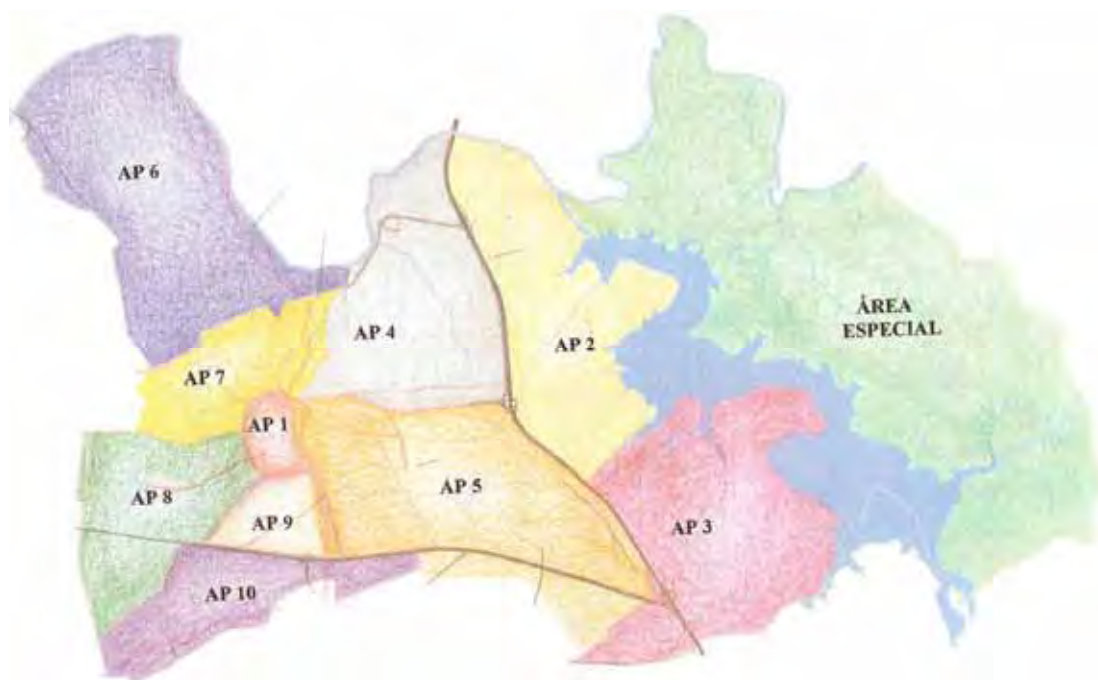
Tabela 4. Estimativa da População Total por Grupos Etários em 2004.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
0 a 12 anos	20.240	19.253	39.493
13 a 18 anos	11.204	10.488	21.692
19 a 24 anos	10.611	10.685	21.296
25 a 59 anos	46.325	47.996	94.321
60 anos ou mais	8.848	11.066	19.911
Total**	97.228	99.488	196.716

**Excluem do total a população de zona rural que totaliza 469 habitantes.

Fonte: IBGE, Secretaria de Planejamento do Município.

Figura 10. Áreas de Planejamento da cidade de Americana.



Fonte: ALMEIDA, 2003.

Tabela 5. População por Área de Planejamento.

Área de Planejamento	População	%
Ap.1. Centro	6.378	3,1%
Ap.2. Zanaga	27.962	14,0%
Ap.3. Praia Azul	9.873	4,9%
Ap.4. São Vito	23.697	11,8%
Ap.5. Colina	17.978	9,0%
Ap.6. Liberdade	33.358	16,7%
Ap.7. São Domingos	17.268	8,7%
Ap.8. Ipiranga	22.049	11%
Ap.9. Nova Americana	13.913	7%
Ap.10. Cidade Jardim	27.685	13,8%

Fonte: Secretaria de Planejamento do Município.

3.1 A LIDA COM O VOTO

O reino pessoal é a base das ações políticas e o que lhes confere significação. Os aspectos individuais, em relação à política, são apresentados como orientações cognitivas – conhecimento, preciso ou não, de objetos e credos políticos; como orientações afetivas – sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros; e, por fim, como orientações avaliativas – julgamentos e opiniões sobre objetos e fatos políticos (ALMOND e VERBA, 1963; ALMOND e POWELL Jr., 1972).

Iniciávamos, portanto, as entrevistas, perguntando se o eleitor se lembrava dos votos para vereador, prefeito, deputados, governador e presidente, a fim de verificarmos a participação eleitoral e se o entrevistado possuía memória de suas escolhas. Posteriormente perguntávamos os nomes do prefeito, governador e presidentes em exercício para percebermos o grau de informação e interesse do eleitor sobre os políticos eleitos.

Para Neusa Gomes (2004), há uma confusão de referentes (símbolos e signos dos partidos políticos brasileiros) generalizada em todas as camadas sociais da população votante e, inclusive, entre os próprios candidatos ao cargo de vereador. A publicidade eleitoral passou, portanto, da simbolização ao estereótipo, e deste, ao ruído e à contaminação. Na Comunicação Política o símbolo é uma ordenação, uma organização da realidade, ajudando-nos a entender cada momento em que estamos.

Gomes aponta pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas seis principais regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte), divulgada no início de 1998, demonstrando que 20% dos brasileiros desconheciam o nome do presidente da república e também do prefeito de sua cidade. Para os governadores, a relação era ainda mais desfavorável: 30% das pessoas ouvidas não sabiam quem governa o seu Estado. Isto, nas regiões mais desenvolvidas do país. O que denota que o nível de participação política direta é também extremamente baixo.

Dona Maria, soube responder os nomes do prefeito, do presidente e do governador em exercício, mas não se lembrava exatamente de suas escolhas para presidente, para governador e para prefeito. Ela se lembrava mais dos candidatos em que não votou. E no voto para prefeito ela indicou um antigo prefeito já falecido e que não concorreu à última eleição (de 2004).

Ah, não lembro (para presidente). Pro Lula eu não votei. Acho que foi pro Geraldo. Não tenho nada contra o Lula, mas tem coisa que a gente vê que ta errado. Mas como a gente não entende, tem que ficar quieto né? [...] Pra governador não sei, pro Serra eu não votei. Como pessoa eu gosto sempre do Maluf. Ele não se candidatou, mas se ele se candidatasse, sempre meu voto era dele. Porque ele é uma pessoa boa, ele fez. Roubar todo mundo rouba. Lá dentro todo mundo enfiava dinheiro no bolso. Se fosse eu lá dentro e sobrasse eu mesma enfiava no bolso. Ele rouba mas faz [...] Pra prefeito eu não votei no Erich (PDT), não. Pra esse eu não votei! Ele não faz nada. Eu sempre votei pro Tebaldi (PDT). Ele fazia.

A observação e a descrição se auxiliam na captação da comunicação, pois fazem parte do discurso também os gestos, acentos, tonalidade, silêncios e reticências.

A incerteza é uma das características que permeiam a fala de Maria. “*Mas como a gente não entende, tem que ficar quieto, né?*”. Desde o momento em que chegamos em sua casa ela já nos “alertava” para o fato de não saber muito do assunto e perguntava se, por isso, depois não traria problemas ao pesquisador. Tanto ela quanto outros entrevistados, e mesmo no momento de fazermos os questionários da pesquisa quantitativa, embora quisessem participar, afirmavam não saber muito do assunto. Também encontramos aqueles que se recusavam participar, como foi dito, por causa do assunto “política”.

Percebemos que a rejeição aos candidatos era mais forte para ela que a sua escolha propriamente dita. Isso se evidenciava tanto no conteúdo de sua fala quanto na entonação, na ênfase que ela dava em dizer que não votou em tal candidato. Sua rejeição pelo atual prefeito resultou na não transferência de voto do prefeito anterior Waldemar Tebaldi do PDT para seu vice, reeleito prefeito, Erich Hetzl Júnior, do mesmo partido.

A motivação do indivíduo aparece em sua atitude em relação a um objeto, é sua disposição interior para agir em relação a ele. A atitude pode ser positiva (desejo, poder, conseguir) ou negativa (evitar, afastar, repulsa). “A noção de atitude inclui, todavia, a maneira pela qual a inclinação favorável ou desfavorável tende a se concretizar e, por conseguinte, as atitudes são indefinidamente variáveis” (LENHARD, 1980, p.69).

Manin (1995) explica que a união em torno de um candidato se dá na definição de seus adversários. Na definição do “grupo ou segmento de apoio” o candidato deve perceber as linhas culturais etc. que irão uni-lo aos eleitores.

Os cidadãos votam em diferentes partidos em eleições presidenciais, legislativas e municipais, sugerindo que as decisões de voto levam em conta a percepção do que está em jogo numa eleição específica, e não são decorrentes das características socioeconômicas e culturais dos eleitores (MANIN, 1995, p.27).

Balbachevsky e Holzacker (2004) indicam que, para conquistarem o voto do eleitorado, os candidatos buscam desenvolver estratégias de comunicação que enfatizem o reforço da identidade do eleitor com a candidatura; tentam passar seu valor de oposição, ou seja, sua capacidade de se opor a algum inimigo reconhecido como tal; e/ou sua capacidade realizadora, atestando sua credibilidade como político capaz de um bom desempenho no exercício da autoridade pública.

Outra propriedade encontrada em sua fala é em relação ao presidente Lula. Maria demonstra sua rejeição tanto no conteúdo de sua fala, quanto na ênfase e na gesticulação. Contudo, logo depois afirma “*Não tenho nada contra o Lula, mas tem coisa que a gente vê que ta errado. Mas como a gente não entende, tem que ficar quieto né?*”. Ela parece explicitar um descontentamento ou uma antipatia, mas depois volta atrás suavizando o discurso e justificando por não entender do assunto. Talvez como forma de se evitar uma polêmica, um confronto.

O assunto “política” aparece como algo delicado de se tratar no cotidiano das pessoas, seja pela crença de que não são aptos para tratar do assunto, seja pelas paixões que suscitam o tema, ou mesmo pela descrença e repulsa pelos atores políticos. O fato é que evita-se o confronto nessa área, talvez pela desconfiança e descrença.

A forma com que Maria fala dos candidatos que escolheu também é diferente para cada um. Transparece uma atitude menos afetiva em relação a Geraldo Alckmin (presidente) e Chico Sardelli (deputado Estadual) na justificativa de seu voto, do que nas indicações dos nomes de Tebaldi e Maluf, para prefeito e governador respectivamente.

Dona Maria também demonstrou, tanto ao falar dos votos para o executivo quanto ao legislativo, uma forma de escolher baseada nas características pessoais, de comportamento

das pessoas atribuindo qualidades como *ser uma boa pessoa, ser educado, “pessoa amiga”*. Ou seja, seu voto seria caracterizado como sendo baseado, numa identificação afetiva, no carisma do candidato. Para ela não importa o fato de o candidato ser acusado de corrupção ou qualquer outro escândalo. Sua escolha parece ser baseada em laços afetivos e uma fidelidade “a toda prova”.

Eu votei pro Diego De Nadai (vereador eleito pelo PFL, hoje no PSDB, em 2006 foi candidato a deputado Federal pelo PV). Eu votei pro Diego De Nadai que é uma pessoa muito boa, muito educado, eu gosto dele e pra mim não interessa o que ele faz lá, ou em outro lugar. Pra mim ele é uma pessoa amiga, trabalhador. Lá na prefeitura já deu um rolo lá, não sei o que é, que eu to por fora, mas pra mim eu voto nele. Porque entrou lá fica tudo igual, nem melhor nem pior, então eu voto nele que pelo menos é uma boa pessoa. E para o Chico (Sardelli – deputado Estadual pelo PV) eu também votei.

O candidato em que deposita sua confiança é dotado de atributos pessoais que a justificam. Essa confiança é obtida pelo seu comportamento amigável e pelo seu carisma, não importando seus atos e ideais políticos: ele *“é uma pessoa muito boa, muito educado, eu gosto dele e pra mim não interessa o que ele faz lá, ou em outro lugar. Pra mim ele é uma pessoa amiga, trabalhador”*.

Dessa forma, fica explícito também o sentimento que ela possui de desconfiança tanto nos candidatos quanto nas outras pessoas quanto à integridade: *“Roubar todo mundo rouba. Lá dentro todo mundo enfia dinheiro no bolso. Se fosse eu lá dentro e sobrasse eu mesma enfiava no bolso” e “Porque entrou lá fica tudo igual, nem melhor nem pior, então eu voto nele que pelo menos é uma boa pessoa”*. A descrença na possibilidade de mudança aparece como um dos fatores de justificativa para a escolha através do carisma.

Quem age socialmente orienta-se pela ação de outrem, mas não só por aquilo que o outro já fez e, sim, também pelo que espera que ele venha a fazer (ou pensar, pois sempre consideramos tanto o comportamento exterior – manifesto – como o interior – latente) (LENHARD, 1980, p.66).

A confiança na atitude do próximo serve de base para a estabilidade da democracia. “[...] Nas regiões menos cívicas, quase todos esperam que os demais violem as regras”

(PUTNAM, 1996, p.124). A certeza de que todos respeitarão as regras mantém as diferenças e os diferentes, oposição e situação, em seus limites, se respeitando e conserva o regime funcionando (Almond e Verba, 1963).

As principais teses recentes sobre o voto no Brasil, restringindo-se ao período recente de multipartidarismo identifica algumas visões sobre o comportamento eleitoral, analisa Yan de Souza Carreirão (2002). À tese que ele chama de “O voto no ‘defensor dos interesses do povo’” está ligada à visão de que o eleitor tende a votar no candidato que conseguir formar junto a estes, a imagem de, como o próprio nome diz, defensor dos interesses do povo. Seria dessa forma que Collor, na eleição de 1989, teria vencido. Ele formou uma imagem de “caçador de marajás” (vistos como inimigos do povo) e, conseguido dessa forma a transferência de votos do PMDB que, enquanto MDB durante a ditadura, era considerado amigo do povo.

Outra tese discutida por Carreirão sobre o voto, é chamada “A sofisticação política como determinante do comportamento eleitoral”. Segundo ela, seria o grau de sofisticação do eleitor que o permitiria, a partir dos fatos e dos dados disponíveis, analisar a posição do candidato e fazer sua escolha. Tal tese advoga ser propriedade da sofisticação política a percepção da posição dos candidatos. Enquanto eleitores de alta sofisticação política votam orientados pelas opiniões sobre *issues* diversos e preferências partidárias, o eleitor médio não possui opinião sobre importantes questões políticas e mantém-se desinformado a respeito da posição e das propostas dos partidos e dos candidatos, comprometendo, dessa forma, a análise e a decisão do voto pela imagem que mais lhe agrada. Esses eleitores tendem a se identificar com os candidatos, independentemente das preferências partidárias.

Quanto à questão se votaria se não fosse obrigatório, Maria nos responde:

Eu sempre votei. Votaria sim porque é muito importante, né?

Porém, se ela acredita que seu voto pode gerar mudança:

Olha, não. Porque cada cabeça é uma sentença. Se um monte vai pra um lado o outro fica sozinho né?

Fica claro em sua fala a consideração de que é necessário aglutinação de votos para fazer valer sua escolha; um indício de uma visão do processo de escolha democrático, o qual seria baseado na vontade da maioria.

Antonio respondeu os nomes do prefeito, do presidente e do governador em exercício; lembrava-se de seus votos para presidente e para governador e para vereador, e apresentou confusão nos votos para deputados Estadual e Federal indicando candidatos que concorreram um ao cargo do outro. Vanderlei Macris (PSDB) era deputado Estadual (2002) e em 2006 elegeu-se deputado Federal enquanto Chico Sardelli concorreu para deputado Federal (pelo então PFL, hoje DEM) em 2002 e em 2006 se elegeu deputado Estadual (pelo PV).

O Lula, veja só, ele é excelente, o plano dele era excelente. Só que é o seguinte, tem gente que quando ele tá lá eles falam: ou você entra, ou você tá do nosso lado, ou é aquele negócio, certo? Porque o capitalismo é isso, a corrupção lá em cima é bastante. Eu votei para ele. Veja o Fernando Henrique com os telefones: o preço da linha que a gente tinha e hoje quanto vale. É porque ele privatizou. Privatizou o que não era dele. Ele chamava os aposentados de vagabundos, mas ele ganha cinco aposentadorias [...] O Alckmin pos o filho dele lá dentro, na autoban. É assim, eles entram e botam lá dentro a gente dele! [...] Eu votei pro Diego De Nadai (vereador) e que é uma boa pessoa, trabalhador e tudo[...] O Chico (Sardelli) também, é uma boa pessoa, eu conheço ele, é do bairro, certo? Então é isso, esse foi pra deputado Federal. Agora, para Estadual foi pro Macris.

A despeito da fala confusa de Antonio e de sua declaração de que não se interessava por política, durante a entrevista ele demonstrou haver algum acompanhamento das notícias sobre política, economia, etc. e frequentemente explicitava sua opinião, sua forma de ver ou a solução que deveria ser dada aos problemas.

“O ‘novo eleitor não-racional’” é a tese que defende o declínio das relações de lealdade com líderes personalistas e dos compromissos clientelistas, há também, um declínio no voto orientado em função de identificação partidária, critérios políticos e ideológicos, nos alinhamentos classistas e guiados pela forma de inserção social. O voto estaria se tornando flutuante, volúvel e mudancista. O novo eleitor decide seu voto de forma emocional, sendo, por isso, não-racional, contraditório em sua lógica política e baseado na expressão, na imagem

dos candidatos e nos aspectos valorativos e simbólicos de caráter moral, afirma Carreirão (2002).

Há também autores que afirmam que, um dos elementos centrais na decisão do voto, é a avaliação de desempenho dos candidatos. Essa tese é chamada por Carreirão de “O voto por avaliação de desempenho”, e pode ser em avaliação de desempenho passado, baseando-se num voto retrospectivo, ou em expectativa a desempenho futuro, sendo um voto prospectivo. Assim, a derrota do PMDB e do PFL, em 1989, estaria relacionada ao seu apoio ao governo Sarney cuja avaliação de desempenho era negativa. Da mesma forma que, na eleição de 1994, houve uma grande tendência de intenção de voto em FHC pelo impacto do Plano Real na economia. Concomitantemente, a perspectiva de estabilidade no futuro pertencia a FHC enquanto LULA não conseguia transmitir tal segurança.

Nas fala de Antonio, transparece sua rejeição a Fernando Henrique Cardoso – FHC (do PSDB) – como forma de justificativa de seu voto em Lula. Ele explica fatos que deslegitimam FHC e Alckmin, seu sucessor na campanha presidencial.

Quanto à questão se votaria se não fosse obrigatório, Antonio responde:

Não sou mais obrigado a votar. Sempre votei e votaria mesmo assim.

Porém a crença de que seu voto pode gerar mudança é afetada pela avaliação que faz do governo e da política.

Não muda não. A coisa é muito suja lá. A política é muito suja.

A descrença na possibilidade de mudança através do voto foi algo que encontramos nos entrevistados Maria, Antonio, Aline e Jorge. Já Cláudio e Paulo foram aqueles que demonstraram confiança na possibilidade de mudança.

Cláudio respondeu os nomes do prefeito, do presidente e do governador em exercício; lembrava-se dos candidatos em que votou, mas disse haver esquecido o nome do vereador, embora o conhecesse.

Para vereador e prefeito eu lembro, foi pro Erich e o vereador... como é mesmo o nome? Ah não lembro agora, mas eu sei quem é, ele não ganhou, eu sempre vejo ele[...] Para deputado Estadual votei pro Chico e pra Federal pro Macris [...] pro Serra e pro Alckmin

Cláudio e Aline, embora não tivessem conhecimento da entrevista um do outro, tiveram comportamentos semelhantes respondendo algumas perguntas de forma muito direta e concisa (muitas vezes apenas sim ou não). Sem alongar muito a resposta com opiniões, mesmo quando esta era pedida; como se respondessem a um questionário fechado, conquanto no começo fosse explicada que essa não era a intenção.

Em consonância com autores da Escola de Michigan, para Marcus Figueiredo (1991), não é a colocação do indivíduo em determinado agregado social que definirá sua escolha. Essas características sociais só revelam um aspecto da vida privada, onde estes indivíduos interagem social e politicamente. Dessa forma, a escolha é influenciada principalmente pela forma de ver as organizações da sociedade e as relações sociais, e dependerá de como o indivíduo concebe sua existência social. *A diferença de intensidade de reação aos estímulos políticos e a importância da política em seu ambiente demonstrará a variação do interesse por política.*

Em tal contexto, influência psicológica é um conceito retirado dos estudos das teorias de grupo e psicologia social. Para tais teorias, a orientação em direção a questões políticas começa desde cedo principalmente no âmbito familiar (socialização política). “Para a teoria psicológica o comportamento dos indivíduos é função da interação das atitudes a que esses indivíduos estão sujeitos em suas experiências sociais e políticas” (FIGUEIREDO, 1991, p.22).

A forma de interação com a política dependerá do grau de conceituação que o indivíduo consegue abstrair da sociedade. É por meio desses níveis de conceituação que os indivíduos se relacionam com o mundo. O indivíduo tenderá a se “unir” a candidatos com comportamentos políticos semelhantes aos seus.

Não obstante, nas comunidades com ausência de virtudes cívicas, segundo Almond e Verba, os governos apresentam desempenhos mais deficientes. Esta perspectiva é tributária da teoria da cultura política a qual sugere que a presença ou ausência de normas internalizadas, que estruturam o comportamento político, determinam as chances de um país ter ou não um regime estável e eficaz. Tais normas surgem do processo de socialização política no cotidiano da vida social.

Quanto à questão se votaria se não fosse obrigatório, Cláudio diz:

Aí não sei. Depende da hora como ia ta.

Mas disse achar importante poder escolher os governantes

É o que eu digo. Eu acho importante. Mas tem que estar atento. Tem que saber pra quem vota pra depois não ficar essa bagunça que tá aí. O pessoal não olha direito o que tá fazendo e acredita muito nessas promessas. Eu falo!

Se acredita que seu voto pode gerar mudança

Pode, junto com outros. É aquela coisa, vai somando, somando daqui a pouco tem um montão e aí já vira.

Embora Cláudio dissesse achar importante a possibilidade de escolha do governante e que acreditava poder gerar mudança com o voto, mostrou incerteza na participação eleitoral caso o voto não fosse obrigatório, sugerindo duas coisas para além da contradição observada comumente entre os entrevistados: a primeira é a de que como as perguntas foram aparecendo de certa forma inesperada para ele, ou seja, ele talvez nunca houvesse se perguntado essas coisas, ele tivesse que responder como pudesse a partir de sua bagagem, sua vivência e visão do certo e do errado entrando em discordância com algum sentimento de frustração ou apatia pela eleição. A segunda constatação possível seria a de que, como Manin afirma, sua

participação se daria ligada aos termos da campanha; ele se posicionaria e participaria dependendo dos concorrentes.

Paulo respondeu no questionário ser interessado em política e, ao ser questionado, lembrou-se de todos os nomes em que votou.

(Para prefeito) Eu votei no Tebaldi, votei nele e nesse, no atual agora, o que era vice dele, o Erich. Porque ele era o vice do Tebaldi e porque eu gostei das propostas dele. Eu falei: vai seguir o trabalho do Tebaldi, né? [...] Votei na Lurdinha (para vereadora - PDT) que eu fui uma vez numa reunião na casa da irmã e ela tava lá, ela e o marido dela. E eu votei nessa proposta deles aqui pra Praia. Eu gostei da proposta deles [...] Eu votei nesse que tá agora, no Lula, e pra governador (silêncio) acho que foi o Serra mesmo [...] Porque eu achei que ele (Lula) podia fazer um bom trabalho, né? Porque a gente vê na televisão, assiste, eu achei que ia ser um bom presidente [...] Para deputado Estadual acho que foi pro Davi Ramos (PC do B) e pra Federal pro Macris (PSDB).*

Seu voto no atual prefeito, Erich Hetzl, foi justificado pela crença de continuidade do trabalho do prefeito anterior, seu correligionário, sugerindo transferência de votos por uma expectativa de desempenho.

Quanto à questão se votaria caso não fosse obrigatório:

Se não fosse obrigatório? Eu acho que sim, acho que votar assim não tem problema nenhum. A única coisa que eu acho errado é a gente ter que ir votar lá longe. Eu não transferei meu título aqui pro bairro. Acho que devia ser aqui pertinho.

Afirmou também acreditar que seu voto pode gerar mudança

Acho que sim, acho que faz diferença sim.

* Embora Americana não seja uma cidade litorânea possui dois bairros chamados Praia Azul e Praia dos Namorados à beira de águas represadas.

Aline que soube responder apenas os nomes do prefeito e do presidente, disse, com respostas diretas e concisas, não lembrar de seu voto para vereador e prefeito, ter anulado para governador e deputados, tendo votado apenas para presidente.

Não lembro (para vereador) [...] Anulei (para deputados) [...] Pro Lula (para presidente). Porque achei que ele era capaz.

A situação mais delicada encontrada entre os entrevistados foi, sem dúvida, a de Aline. A situação de pobreza era tão perceptível que nem precisávamos observar seu questionário declarando nenhuma renda familiar para nos situarmos. Embora tenha nos recepcionado de forma delicada e educada, a todo momento percebíamos sua apatia e desilusão com a política.

Ao ser questionada sobre o motivo das escolhas, bem como ao longo de toda entrevista ela demonstrou apatia e falta de confiança na política.

(Anulei) Por opção [...] Eu acho que não (muda nada o voto).

A carência de um adequado nível de instrução influi negativamente na participação eleitoral, podendo causar diversos efeitos, como o abstencionismo (a não participação no ato de votar), por exemplo; para o abstencionismo não crescer, é necessário que os eleitores tenham interesse pela atividade política, possuam formação política e se mantenham capazes de influir nos resultados, afirma Pasquino (1986). Da mesma forma que Almond e Verba acreditam que os indivíduos participam mais ativamente de processos democráticos quanto maior é sua convicção de que suas ações geram resultados, e que, quanto maior o grau de escolaridade da população, maior a incidência de indivíduos democraticamente participantes. Contudo, para que o sistema democrático (assim como qualquer outro sistema) se mantenha, é necessária uma cultura política congruente. Putnam, ainda, afirma que indivíduos com menos desenvolvimento dos valores e deveres cívicos sentem-se mais impotente em sua relação com a política.

Quanto à questão se votaria se não fosse obrigatório, Aline foi direta:

Não.

Se ela acredita que seu voto pode gerar mudança:

Eu acho que isso aí é ilusão, né? Porque na época eles faz promessa e quando passa a eleição eles não faz nada.

Essa frase expressa de forma direta o modo como ela percebe a política, confirmando a opinião de Lipset (1967), de que os casos de necessidades econômicas drásticas são acompanhadas de baixa participação. Aqui, ainda, ela nos fornece elementos para nos questionarmos sobre a relação de passividade do cidadão com o Estado. A esperança de que uma vez escolhido o representante, este irá resolver os problemas, provocar mudanças, enquanto observamos.

Quando perguntado sobre os nomes do prefeito, governador e presidente, Jorge soube responder apenas este último e se lembrava apenas dos votos pra presidente, vereador e prefeito.

Eu votei pro Lula, só sei disso. Pra mais ninguém. Porque lá em casa é assim: todo mundo junto votou nele, e pronto. Porque ele era o melhor. Do povo. [...] Pra prefeito foi pro Mentor. Que ele nós conhece. Foi em casa, tudo [...] E foi assim pra vereador. Na verdade nós votamos tudo no PT. Pus o “treze” lá que aí vai pra todo mundo, dos vereador. É o que meu pai diz, né? Ele entende melhor que eu.

Embora Jorge tenha dito não se interessar por política, seu pai sempre comenta algo em casa sobre o assunto. Ele não soube responder se o pai havia se filiado a algum partido, mas que falou sobre se filiar ao PT certa vez e que pensava em ser candidato a vereador. Em sua fala fica clara a influência do pai e da família, sobre sua escolha, ao dizer “lá em casa é assim: todo mundo junto” e na justificativa de seu voto ao dizer que seu pai falou, e que ele entende mais.

Quanto a votar se não fosse obrigatório, Jorge disse:

Aí depende. Acho que eu voto mesmo assim. Mesmo porque meu pai ia falar muito.

E sobre acreditar que seu voto gera mudança:

Então, isso eu não sei. Eu acho que não. Nem gosto muito disso. Mas é aquilo que eu te falei, é assim: se eu não votar meu pai não me dá sossego.

A aparente apatia de Jorge quanto à participação eleitoral é contrastada ao papel do pai, que aparece de forma determinante na sua participação. Para Lipset:

Mesmo que as pessoas não estejam cômicas de um risco pessoal na decisão de um pleito eleitoral, poderão ainda ser induzidas a votar por meio de pressões sociais e de sentimentos íntimos de obrigação social (1967, p.210).

Sem dúvida, algo interessante encontrado nas falas de Maria, Jorge, Cláudio e Paulo - os três primeiros afirmaram, no questionário, não se interessarem por política - e embora Maria e Jorge não dissessem acreditar no poder de mudança do voto, enquanto Cláudio e Paulo acreditavam, houve indícios de que havia algum tipo de discussão sobre suas escolhas com parentes, amigos ou vizinhos: Maria, algumas vezes contrastava sua opinião com a do marido, mostrando as diferenças; Jorge mostrou que sua participação era condicionada a de familiares; Cláudio, por vezes, expôs suas idéias como se fosse algo já dito, defendido em outra ocasião, o que nos dá a impressão de estar revendo um tema já abordado em outros momentos, talvez com amigos ou familiares; enquanto Paulo afirmou discutir assuntos relacionados à política com colegas de trabalho e ter participado de reuniões ao ser convidado por alguém que sabia que ele gostava do assunto.

Paralelamente a esse comportamento, Maria, Cláudio e Paulo demonstraram uma visão do processo de escolha enquanto somatória de votos, a necessidade de uma aglutinação para se estabelecer a escolha de acordo com a vontade da(s) maioria(s).

3.2 FALAR SOBRE DEMOCRACIA

Como saber, se há tanta coisa
de que falar ou não falar?
E se o evitá-la, o não falar,
é forma de falar da coisa?
João Cabral de Melo Neto

Democracia significa um conjunto de regras que estabelecem quem tem o poder de tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos se pode tomá-las. A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, é a maioria quem decide os rumos a serem tomados, bem como aqueles que ocuparão o poder (BOBBIO, 2000).

Bobbio sustenta ainda que, é necessário garantir os direitos de liberdade, de opinião, e expressão, de reunião, de associação etc., para que os indivíduos estejam em condições de escolher entre as opções possíveis.

Schumpeter acreditava que democracia é um método político, um arranjo institucional, não um fim, mas um meio para se chegar à decisões políticas. Na doutrina clássica o papel da participação e tomada de decisões por parte do povo, segundo ele, eram baseadas em fundamentos irrealistas. Sua teoria, então, dava conta da competição dos que potencialmente tomam decisões pelo voto do povo. É a possibilidade de competição pela liderança que caracteriza a democracia, portanto. Qualquer pessoa seria livre para competir em eleições livres, o que exige as liberdades civis costumeiras. A competição pelos votos se daria como a lei de mercado; os eleitores se comportariam como consumidores escolhendo os “produtos políticos” oferecidos (PATEMAN, 1992).

Inicialmente, o termo democracia significou participação direta; isto é, os cidadãos participavam diretamente no exercício do governo e cada um possuía voz nas tomadas de decisão. Essa forma de governo, segundo Rousseau (1978), só poderia ser possível em Estados muito pequenos onde fosse possível a reunião de seus cidadãos para a tomada de decisões, dentre outras condições.

Fez-se necessário o desenvolvimento da idéia de participação indireta, ou de democracia representativa, com o intuito de se superar os obstáculos à participação direta em sociedades complexas e de população numerosa (MICHELS, 1979; DAHL, 1989). “Na democracia representativa, a participação popular é indireta, periódica e formal, e se organiza

mediante regras que disciplinam as técnicas de escolha dos representantes do povo” (MACIEL, 1998, p.02).

A filosofia da democracia do século XVIII pode ser expressa da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade (SCHUMPETER, 1984, p.305).

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, em que esta toma forma pela vontade dos indivíduos. Porém, grupos, associações, sindicatos e partidos possuem papel relevante nos processos de decisão democráticos, segundo Bobbio. Todavia, o mandato não pode ser vinculado na democracia representativa, continua ele, pois o representante é escolhido para representar a nação.

Encontramos três tipos de democracia, através da análise de Bernard Manin (1995), que foram se sobrepondo durante a história. No modelo de democracia parlamentar, na Inglaterra do século XVIII e XIX, os políticos, para se eleger, buscavam inspirar confiança nos eleitores através de uma rede de relações locais, de sua notoriedade social ou da deferência que suscitavam. Estes alcançavam proeminência na comunidade em virtude de sua personalidade, riqueza ou ocupação. Os representantes aí mantinham uma relação direta com seus eleitores.

Posteriormente, com o aumento do tamanho do eleitorado, gerado pela extensão do direito a voto, a relação pessoal entre representantes e representados tornou-se menos intensa. Torna-se imprescindível o apoio de um aparato burocrático e uma rede de profissionais para se chegar ao maior número possível de eleitores. Dessa forma, o voto passa a ser dirigido a um partido e não mais a uma personalidade. Na verdade, a grande maioria dos eleitores desconhecia os planos específicos propostos pelos partidos, eles guardavam na memória algumas fórmulas muito vagas. Os eleitores votavam num partido porque se identificavam com ele.

A teoria racional de Downs (1957) considera o eleitor um consumidor e a eleição um mercado, aquele agirá racionalmente buscando diminuir os custos e aumentar os benefícios. Um de seus princípios fundamentais diz que o eleitor é “movido por razões egoístas” e busca diminuir os efeitos das incertezas inerente à vida política (Figueiredo, 1991).

A posição ideológica serviria de uma linguagem sintética, um atalho para economizar custos de informação para o eleitor, ao diferenciar os partidos por lemas e bandeiras - os partidos funcionariam como filtros selecionando as informações para diminuir os custos e o tempo com a busca por informações e seu processamento - as pessoas utilizam essas imagens criadas sobre o candidato ou o partido para se situarem no jogo eleitoral. Essa visão toma emprestado da teoria econômica a idéia do consumidor racional, o qual aborda cada situação comparando nos ganhos a ser obtidos, e os custos, a fim de encontrar uma forma de equilibrá-los (Downs, 1957).

Com o desenvolvimento e a facilidade de acesso aos meios de comunicação em massa de hoje em dia, a propaganda política à disposição dos partidos no rádio e na televisão, em cadeia nacional, é usada durante todo o ano. Estes meios aparecem como formas de comunicação política e visam à afirmação de símbolos e à divulgação das ideologias dos partidos emissores.

Porém, nas campanhas, não se trata mais de produzir um programa de governo e sim a imagem do candidato. A eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas. Com o aumento do abismo entre representantes e representados, consegue o poder aquele que possui facilidades no uso da comunicação de massa. “Uma nova elite está dominando o lugar dos ativistas e líderes partidários. A democracia do público é o reinado do comunicador” (MANIN, 1995, p.26).

Assim, Manin identifica uma terceira forma de democracia existente na história recente, a democracia do público, onde políticos e candidatos propõem temas para o debate, que vão sendo adaptados de acordo com a reação do público. Neste tipo de democracia, segundo ele, os eleitores estariam muito vulneráveis às imagens, sejam elas do candidato ou das organizações partidárias. Estas imagens são representações muito simplificadas do mundo da política e servem para diminuir o problema do custo da informação. Nesta fase, o comunicador passa a desempenhar um papel de grande importância no mundo da política.

Ao encontro dessas idéias sobre a influência da imagem na identificação com o candidato, Silvano Belligni, afirma que:

peças dotadas de prestígio e de honorabilidade social, portanto influentes, e atuando fora da arena parlamentar, assumem a tarefa da escolha e apoio dos candidatos às eleições, pondo-se à disposição dos partidos como agentes eleitorais (BELLIGNI, 1986, p.49).

Carole Pateman chama de teoria contemporânea da democracia aquela em que a democracia baseia-se em um método político ou uma série de arranjos institucionais a nível nacional. Neste método a competição entre os líderes (elite) pelo voto do povo, em eleições periódicas e livres, é que o caracteriza. É na eleição que a maioria pode exercer controle sobre o líder. A igualdade política, portanto, refere-se ao sufrágio universal e à igualdade de oportunidades de acesso aos canais de influência sobre os líderes. Assim também, participação – da maioria – é a possibilidade de escolha dos líderes, ela funciona apenas como proteção contra decisões arbitrárias destes.

Para se manter a estabilidade do sistema a maioria deve participar até o mínimo necessário para se manter o método democrático (máquina eleitoral) funcionando. As atitudes não-democráticas entre os inativos surgem como justificativa pelo perigo de enfraquecer-se o consenso.

Esse panorama das explicações do que é democracia não é o único possível e, por isso, democracia pode ser definida de várias formas e sob vários pontos de vista, gerando confusão e dificuldade de uma definição. Sartori (1965) afirma que as diferentes interpretações das palavras democracia, *demos*, povo, etc., gera diferentes concepções sobre o que é democrático. A confusão em torno do termo leva à que todos se intitulem democratas mesmo desenvolvendo práticas antitéticas, apontando um falseamento ideológico.

Segundo Sartori, ainda, em 1949 uma pesquisa da UNESCO, a respeito de conflitos ideológicos relativos à democracia no Ocidente e no Oriente, concluiu não haver, mundialmente, uma doutrina autodeclarada antidemocrática.

Nessa confusão de conceitos e significados, a constatação da qual partimos, do Instituto Latinobarômetro, de que o apoio à democracia como melhor forma de governo está em queda na América Latina, aparece-nos de maneira frágil. Na pesquisa quantitativa encontramos uma porcentagem de 30,7% que afirmou ser essa a melhor forma de governo, enquanto 26,7% respondeu que não; e 42,6% não soube responder.

Durante as entrevistas incluímos a pergunta o que é democracia para constatarmos o grau de conceituação e familiarização de alguns termos relacionados à política do entrevistado.

Cinco dos seis entrevistados responderam ser a democracia a melhor forma de governo e, embora a única, entre os seis, que não soube responder fosse a Dona Maria, todos sentiram dificuldade ao explicar o conceito.

Sobre o que é democracia?

Não sei explicar. Isso eu não sei (risos). (Maria)

Democracia é difícil explicar. É você ter liberdade de opinião, de se expressar. Isso é liberdade democrática. (Antonio)

Democracia (pausa) não sei explicar, eu acho que é a decisão da maioria, é quando você tem liberdade de escolher. (Cláudio)

Olha isso aí eu não sei, viu? Você que tá aí (o entrevistador) não poderia me ajudar? (Paulo)

Sabe que eu não sei te responder? (Aline)

Acho que é poder votar, escolher o que nós acha melhor. (Jorge)

Contudo, a dificuldade em formular uma explicação para o conceito não os impede de participar nem de se posicionarem em relação a questões políticas. Percebemos isso quanto à importância dada ao voto e a vontade de participar caso o voto não fosse obrigatório.

Paralelamente, verificamos que quando a pergunta foi apresentada de maneira direta, sobre o que é democracia, talvez por insegurança, eles se esquivavam, diziam não saber, mas a ideia de democracia ia aparecendo subjacente à outras respostas, como, por exemplo, no caso já citado da pergunta sobre a possibilidade de provocar mudanças com o voto, em que os entrevistados demonstraram consciência de necessidade de aglutinação, a importância da maioria para a democracia.

Além disso, àqueles que tentaram ou souberam responder o que é democracia, fazíamos algumas perguntas para obtermos uma melhor definição de seu posicionamento político acerca de alguns tópicos.

Perguntamos para Antonio se na democracia deveria haver distribuição de rendas:

Olha, acho que isso já é outra coisa. Eu acho que o capitalismo não tem isso. Eu por mim, na verdade, deixa eu falar. Eu por mim tinha que abaixar os encargos das empresas, os impostos. E tinha também que acabar com essas empresas de emprego (Acredito que ele quis dizer empresas terceirizadas pelo que se segue). Essas empresas ficam ricas. Os donos ficam ricos e o trabalhador sempre se dá mal. Ganha pouco e não pára três meses no emprego, fica na carteira três meses aqui, três meses ali. Ta sempre mudando.

Embora Antonio não concorde com uma distribuição igualitária de rendas para haver democracia no capitalismo, ele desenvolve uma idéia sobre política fiscal e trabalhista para permitir a criação de empregos, renda e melhores condições para o trabalhador. Se falar diretamente em distribuição de rendas ele interpreta como sendo prática de outro modelo de Estado que não o capitalista, conquanto não o denominasse.

E quando perguntado se ele achava que a democracia fosse a melhor forma de governo:

A democracia é sim a melhor forma de governo! Ditadura boa só a do Getúlio (risos). Mas vou falar uma coisa: tinha que ser o parlamentarismo porque aí lá em cima não tinha essa corja não. Era um ministro e se ele não trabalhasse, tirava ele.

Cláudio parece concordar com Antonio sobre não haver necessidade de distribuição de rendas para haver democracia:

Não, no Brasil não tem distribuição de rendas e tem democracia, não é mesmo? [...] (quanto à melhor forma de governo) Acho que sim, também não conheço outra.

Cláudio não pensa ser necessária tal distribuição. A igualdade de direito, de poder votar e a liberdade de escolha bastariam para o funcionamento da democracia.

Enquanto Jorge reforçou sua visão de democracia baseada apenas no voto, na escolha:

Eu acho que não. Se todo mundo poder votar já é democracia.

E concordou ser a melhor forma de governo com uma expressão não muito segura, justificando que era a que está dada:

Deve ser sim. É essa que ta aí.

Concomitantemente, as diferentes preferências ou identidades político-partidárias se dão pela identificação de diversos “públicos” com idéias e ideologias de partidos políticos, candidatos e lideranças políticas. Portanto, torna-se necessário, embora não suficiente, conhecer o “campo” ideológico dos indivíduos para explicar ou prever seus comportamentos futuros, segundo Figueiredo.

Permeando esse debate, quanto à questão ideológica, Singer (2000) também a apresenta como um dos fatores responsáveis pelo voto. É necessária a inclusão da identificação ideológica, nas análises de comportamento eleitoral no Brasil, para se compreender como vota o brasileiro. Para ele, a identificação ideológica não é a única preditora do voto, mas é um dos componentes de sua orientação.

É a ideologia que vai permitir ao cidadão *reconhecer* os partidos para além das políticas imediatas que defendem e, desse modo, saber o papel mais amplo que jogam no processo político[...] sendo uma *linguagem sintética*, a posição ideológica dos partidos representa um atalho que economiza custos de informação para o eleitor. O valor da ideologia é que diferencia os partidos a partir de lemas e bandeiras simples e compreensíveis (SINGER, 2002, p.24-25).

As ideologias são formuladas a partir de um referencial simbólico (cultura política) compartilhado pelos indivíduos de uma sociedade, que lhe dá condições de operação. Ao mesmo tempo, a ideologia age no sentido de alterar esse referencial simbólico, de acordo com o tipo de dominação que pretenda estabelecer. As ideologias, ao mesmo tempo em que são constituídas pela cultura política de uma sociedade, acabam moldando esta mesma sociedade

através da produção de novos significados que são internalizados nas práticas sociais (BORBA, 2005).

O eleitor possui, na visão de Singer, um conhecimento abstrato do significado de esquerda e direita que lhe possibilita o posicionamento na escala ideológica, o qual, mesmo desestruturado, reflete o seu sistema de crenças. Singer aponta um uso intuitivo das categorias ideológicas esquerda/direita, que poderia ser caracterizado como um sentimento ideológico que

[...]permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não saiba verbalizar. É a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente (SINGER, 2000, p. 149).

A tese do “voto por ‘identificação ideológica’”, credita grande importância à identidade ideológica dos eleitores na eleição de 1989 e 1994. A partir da formação de uma imagem acerca da posição ideológica, o eleitor escolheria o candidato. Tal análise não pressupõe um pensamento logicamente estruturado para a maioria da população, pois, segundo ela, o eleitor não precisa de alta sofisticação para aderir uma bandeira ideológica. Mesmo sem conseguir uma definição precisa do que é esquerda e direita, o eleitor poderia utilizar essas imagens através de um conhecimento intuitivo de um sentimento do que significam essas posições (CARREIRÃO, 2002).

Singer acrescenta, com seu trabalho, que há uma estabilidade na identificação ideológica e sua relação com o voto no Brasil. Nas eleições de 1989, a identificação ideológica dos candidatos teria sido fator determinante na polarização do 2º turno; os eleitores das classes mais baixas preferiam Collor em vez de LULA, sendo mais atraídos pelas concepções de direita. Para o autor, as diferenças entre esquerda e direita não estariam relacionadas respectivamente com mudança ou conservação, igualdade ou desigualdade; os eleitores, de maneira geral, desejavam mudanças em direção a uma maior igualdade independente de sua posição no espectro direita-esquerda. O que diferenciava tais posições era com relação à forma com essas mudanças deveriam ser alcançadas; a esquerda desejava mudanças através da mobilização social, da contestação da autoridade repressiva do Estado, enquanto a direita acreditava que tais mudanças só se dariam pelo reforço da ordem, da autoridade do Estado.

Contudo, ao serem indagados se eles se consideravam politicamente de esquerda ou de direita, nenhum dos entrevistados soube definir. Todos preferiram responder prontamente que não sabiam, embora na declaração de voto de Paulo e Jorge percebamos algum alinhamento em seus votos: Paulo votou no PDT para vereador e prefeito e indicou que anteriormente votava no PDT. Para deputado Estadual votou num candidato do PC do B, que foi coligado com o PDT nas últimas eleições municipais e um aliado político do prefeito eleito desta mesma sigla; enquanto Jorge, embora sob orientação do pai, votou para o PT para vereador, prefeito e presidente, seus únicos votos declarados.

Kinzo (2005) afirma que os eleitores apresentam dificuldade ao identificar os partidos como atores políticos distintos, isto é, como entidades que estruturam a escolha eleitoral e criam identidades. Em outras palavras, em uma situação de intensa fragmentação, e falta de nitidez do sistema partidário, em decorrência da prática de alianças eleitorais – para não mencionar a prática de governo de coalizão –, é difícil para o eleitor mediano fixar a imagem dos partidos, distinguir seus líderes e propostas e, assim, estabelecer uma lealdade partidária.

Características de longo prazo, como a renda, a escolaridade, identificação partidária e ideológica, influiriam no comportamento do eleitor juntamente com a agenda de cada eleição, o desempenho econômico do governo que se encerra, as características individuais dos candidatos e a eficiência de suas campanhas.

Certo é que, a estabilidade da democracia baseia-se na eficácia e legitimidade do sistema político. Ele deve corresponder, portanto, às necessidades básicas de governo e deve manter a crença de que as instituições políticas vigentes são as mais apropriadas, afirma Lipset. Ele continua que a legitimidade advém de simbolismos e valores básicos dos principais grupos na sociedade.

Em sua teoria do contrato social, Locke assume que um governo só poderia ser considerado legítimo se recebesse o consentimento de seus governados através de um contrato social, e protegesse os direitos naturais (a vida, liberdade e propriedade). Sem esse consentimento, afirma ele, os cidadãos têm o direito de se rebelar.

Todavia, para haver participação é necessário que haja uma educação, uma preparação, concordam Lipset, Almond e Verba e Pateman. Do contrário, apenas casos de influência direta do governo serão mais claros e estimularão a participação. E nos casos de influência indireta, oculta, que exigem percepção e sofisticação para motivarem a participação, apenas uma pequena parcela da população influirá (LIPSET, 1967).

Analisando a literatura internacional acerca do voto, Carreirão afirma que o voto ideológico recebe uma concepção mais exigente, pelas escolas de Colúmbia e Michigan, a respeito da ideologia, requerendo do eleitor a formação de uma opinião coerente a respeito dos variados temas políticos, possuindo um sistema de crenças estruturado; o eleitor deveria também conhecer as posições de partidos e candidatos, e deveria escolher o mais próximo possível de suas próprias decisões. O eleitorado é classificado, com isso, segundo seu grau de conceituação política, estando no nível mais alto uma pequena parcela considerada eleitores ideológicos ou quase-ideológicos, com um nível de conceituação aproximado a de um cidadão racional; no segundo nível aparece aqueles que organizam a política segundo interesses de grupo; no terceiro nível, estão aqueles eleitores que têm suas opiniões e avaliações dependentes das situações concretas vividas e, no nível mais baixo, estariam os eleitores sem nenhuma percepção dos partidos e candidatos estruturados por conteúdo político. Estudos posteriores, porém, irão utilizar um conceito menos exigente de estruturação ideológica (SINGER, 2000).

A tese relativa ao baixo grau de informação e estruturação ideológica da maioria do eleitorado desperta o debate acerca da racionalidade do eleitor e sua implicação para a manutenção do sistema democrático, pois tal constatação coloca em cheque a teoria democracia racional, exigente de um cidadão racional e politicamente interessado. A “lógica básica do voto” desse modelo entende que o eleitor vota no partido ou candidato que lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro, segundo sua crença. Consequentemente, a afirmação da existência de uma grande parcela de eleitores desinformados e desinteressados constitui-se um paradoxo visto que em muitos lugares há, concomitante a isso, um bom funcionamento do sistema democrático-representativo.

Tal paradoxo é resolvido pela tese de que, embora o eleitor não possua muita informação, ele age racionalmente. Segundo Downs (1957), o eleitor tentará economizar com os custos, de diversas formas como, por exemplo, se utilizando da análise de terceiros. Há também, tese que critica a utilização de certos dados de *survey* para julgar o grau de informação utilizado pelo eleitor. Os eleitores adquirem informações políticas no cotidiano, e possuem grandes falhas em seu conhecimento sobre o governo e a política. Dessa forma, utilizam atalhos para superarem as limitações; eles esperam acontecimentos políticos mais relevantes para adquirirem informações e perceberem as diferentes posições, evitando a necessidade de informação constante sobre os assuntos. A utilização de informações advindas de comentaristas políticos também é uma forma de se informar (CARREIRÃO, 2002).

Bobbio, por sua vez, aponta uma pluralidade de fatores que influenciam o voto, opondo-se às teorias generalizantes, que se baseiam numa análise restrita ao ponto de vista da manipulação e influência por meio de ideologias. Segundo ele, os principais fatores são: classe, religião, diferenças étnicas e raciais, *status* sócio-econômico, lugar de residência, dentre outros. Bolívar Lamounier, por sua vez, atribui forte determinação sócio-econômica na decisão democrática:

Bolívar Lamounier, na análise que fez das eleições parlamentares de 1974 na cidade de São Paulo, deixou clara a relação existente entre o voto e a posição sócio-econômica, bem como evidenciou a marcada preferência dos eleitores dos estratos mais baixos da população (especialmente os habitantes dos bairros periféricos) pelo partido da oposição (CALDEIRA, 1980, p.88).

3.3 A BUSCA POR INFORMAÇÃO

Outra questão abordada era sobre quais as fontes de informação privilegiadas pelos entrevistados. No primeiro momento, de questionário fechado, perguntávamos se freqüentavam comícios e se assistiam horário eleitoral. Posteriormente, durante as entrevistas, procurávamos saber se havia alguma busca por informações e quais os meios de veiculação.

Dona Maria, Jorge, Cláudio e Aline, afirmaram não se interessarem por política. Maria disse não freqüentar comícios nem assistir horário eleitoral, mas lê revistas e assiste noticiários na televisão, bem como ouve notícias no “Jairo” (um programa, feito em torno do meio dia, chamado “estação espacial” onde há notícias da cidade e da região, inclusive sobre política; e uma parte do programa funciona como uma espécie de “classificados” onde as pessoas ligam vendendo, comprando, doando e pedindo coisas diversas). Além do que “*sempre se comenta*” algo sobre política, e o que acontece na cidade, com os familiares.

Jorge explicou que lê pouco, mas às vezes lê algum “jornalzinho de bairro” e que não tinha tempo de assistir televisão. E, como já foi mencionado, recebe informações e orientações do pai e da família sobre política.

Cláudio disse assistir telejornais e ler jornal com baixa freqüência, porém, normalmente lê apenas a página de esportes. Enquanto Aline relatou que frequentemente assiste televisão e,

embora não sejam programas de notícias, sempre há alguma informação, também ouve rádio na hora do almoço no mencionado programa “do Jairo”.

Antonio e Paulo, disseram ouvir notícias no rádio, na televisão porém o primeiro lê jornal enquanto o segundo, por razões financeiras só possui acesso àqueles jornais informativos gratuitos entregues nos bairros e comércios. Antonio também mencionou o nome do programa “do Jairo” como forma de se interar sobre o que ocorre na cidade. Ambos demonstraram haver discussões na família sobre assuntos ligados à política, disseram sempre comentar com alguém, principalmente Paulo, que afirmou sempre pegar jornais gratuitos (citou alguns jornais e informativos feitos por vereadores ou deputados) e levar para o colega do trabalho.

3.4 AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO VISLUMBRADAS

A banalização do termo participação acabou esvaziando-o de conteúdo, afirma Pateman. Ele passou a significar diversas coisas, ou formas de se ação. Em algumas teorias sobre democracia aparece muito a questão da ampla participação popular como um perigo. Estes teóricos preocupam-se com a estabilidade do sistema político – as condições necessárias para mantê-la – e a possibilidade de tornar-se um totalitarismo.

a democracia seria simplesmente um mecanismo para escolher e autorizar governos a partir de um processo de competição entre elites que, no entanto, manteria a soberania do consumidor individual – o eleitor (BOSCHI, 1985, p.53)

Mosca e Michels foram dois teóricos que questionaram a possibilidade de uma ampla democracia numa sociedade industrial complexa. Para Mosca, toda sociedade necessita de uma elite no governo, assim, combinava seu argumento a tese da representatividade. Michels, por sua vez, colocava um paradoxo inconciliável entre organização e democracia.

Assim, embora a democracia, enquanto governo do povo por meio do máximo de participação de todo o povo, ainda possa ser um ideal, sérias dúvidas, postas em evidência em nome da ciência social, parecem ter se

levantado quanto à possibilidade de se colocar esse ideal em prática (PATEMAN, 1992, pp.10-11).

A República de Weimar, com altas taxas de participação das massas com tendência facista, e os regimes totalitários criados com esses aspectos, associaram ao termo participação o conceito de totalitarismo mais do que democracia.

Dados obtidos de investigações em países ocidentais revelam que a maior parte dos cidadãos, principalmente os de condição sócio-econômica mais baixa, é desinteressada em política ou atividades políticas, segundo Pateman, e ainda, constatou atitudes autoritárias difundidas entre boa parte da população.

Esboçou-se, dessa forma, a crença de que é uma ilusão a visão clássica de democracia pois os não-participantes poderiam desestabilizar o regime.

No entanto, nas teorias de John S. Mill e Rousseau, a participação aparece de forma mais abrangente e fundamental para a manutenção do Estado democrático, segundo Pateman.

Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação [para ele] a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (PATEMAN, 1992, p.35).

A condição participativa pensada por Rousseau exigia ausência de desigualdade econômica para que todos fossem independentes em suas escolhas e idéias, mas que necessitasse da cooperação dos outros para realizar qualquer ação. Ele se preocupava com a formação psicológica dos indivíduos de modo que a ação participativa possui um caráter educativo. O próprio processo de participação desenvolve as características que necessita do cidadão. O cidadão se torna mais capacitado para participar ao fazê-lo.

Concomitantemente, a participação aumenta a liberdade do indivíduo por dar-lhe a possibilidade real de controle do curso de sua vida. E também a integração dos indivíduos; cada cidadão sente-se pertencente a uma comunidade. Há, portanto, uma inter-relação entre as estruturas de autoridade das instituições e as formas de atitudes psicológicas por parte dos indivíduos.

John Stuart Mill importava-se mais com o avanço do intelecto, da virtude e da atividade prática e eficiência que o governo poderia promover do que com o aspecto meramente empresarial. Para ele o governo e as instituições políticas devem ser educativos pois disso depende a questão empresarial. “Os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente” (PATEMAN, 1992, p.55).

É dessa forma que ele se opõe a um autoritarismo benevolente, onde a administração lograsse êxitos, mas que formaria indivíduos incapazes de pensar e de moral atrofiada.

Ele não acreditava ser necessário que os cidadãos dominassem cálculos lógicos e racionais, como afirmava Schumpeter. Não seria racional uma forma de governo que exigisse princípios “exaltados” para motivar os homens. Ele encara a função educativa da participação quase nos mesmos termos de Rousseau, contudo ele acrescenta algo para possibilitá-la em uma sociedade de larga escala.

Putnam (1996) descreve em seu trabalho as diferenças da cultura política italiana entre norte e sul. Enquanto na região da Puglia havia um sistema clientelista que moldavam o pensamento local e minava a eficiência administrativa através do personalismo e do paternalismo. Na região Emília-Romagna, mais ao norte, predominava um pensamento diferente, privilegiando a organização, a eficiência e com debates políticos em praça pública, incrementando a participação e a eficiência da administração pública.

Dessa forma, ele define duas idéias acerca da formação das instituições e sua influência na política. A primeira sobre as instituições moldarem a política:

As normas e os procedimentos operacionais típicos que compõem as instituições deixam sua marca nos resultados políticos na medida em que estruturam o comportamento político. Os resultados não podem ser meramente reduzidos à interação de jogo de bilhar dos indivíduos nem à interseção das forças sociais gerais. As instituições influenciam os resultados porque moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores (PUTNAM, 1996, p.23).

A segunda, com relação à história moldar as instituições:

Independentemente de outros fatores que possam influenciar a sua forma, as instituições têm inércia e “robustez”. Portanto corporificam trajetórias históricas e momentos decisivos. A história é importante porque segue uma trajetória: o que ocorre antes (mesmo que tenha sido de certo modo “acidental”) condiciona o que ocorre depois. Os indivíduos podem escolher suas instituições, mas não o fazem em circunstâncias que eles mesmos

criaram, e suas escolhas por sua vez influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas (PUTNAM, 1996, p.23).

Uma questão levantada para compreendermos a visão de participação possível ao eleitor foi sobre as formas de reivindicação que eles acham válidas para se conseguir melhorias ou terem suas necessidades atendidas.

Camino, Silva e Souza (1998), afirmam que há necessariamente, que se sentirem membros e participarem de grupos ou setores sociais, com alguma identificação sócio-demográfica, para que estas características influenciem a escolha eleitoral, reforçando a tese de Almond e Verba. Aqueles teóricos, ainda, acreditam que existem matrizes ideológicas que determinam a orientação política das pessoas e que tais matrizes são adquiridas na maneira peculiar em que as pessoas se inserem nos diversos grupos que compõem a sociedade civil, de forma que a participação política é influenciada não só pelas matrizes ideológicas, mas também pelo conjunto de crenças sobre a utilidade da política.

Dona Maria acredita que apenas o abaixo-assinado serviria, mas fez uma observação quanto a sua opinião:

Tem que fazer uma lista assinada. Manifestação não vira, não vira. Fica palhaçada, baderna. Greve também não [...] Ai, eu falo o que sei. A gente às vezes fala uma coisa, daqui quatro cinco meses já é outra. A gente muda.

Antonio apresentou formas semelhantes de reivindicação possíveis, porém acrescentou o contato direto com o vereador para consegui-la.

Tem que falar com o vereador. Abaixo-assinado serve. Manifestação não, vira anarquia. Greve também não funciona.

A possibilidade de contato direto com o representante aparece para aqueles que se encontram mais próximos do centro de poder. É forma válida de reivindicar àqueles que têm acesso ou, ao menos, informação de que pode ser feita. O fato de enxergar essa forma de ação

demonstra uma melhor interação com o ambiente político e um conhecimento diferente dos apáticos.

Para Cláudio ao mencionarmos reivindicação, melhorias, veio em mente seu trabalho. Uma forma visualizada por ele seria conversar diretamente com o chefe, ir direto àquele que detêm o poder.

Ah, não sei. Conversar com o chefe, no trabalho. Mas na rua, no bairro (silêncio) não sei.

Ao percebermos, através de seu silêncio, a dificuldade em recordar, continuamos a pergunta através de alternativas para pensar:

Por exemplo, você acha que abaixo-assinado funciona?

Não, acho que não.

E greve? Você acha que funciona?

Funciona, funciona sim.

Já participou de alguma?

Não, mas eu acho que funciona. Pelo menos faz barulho e arruma confusão. Se não ta bom joga o pepino na mão deles pra resolver. No meu trabalho não dá pra fazer greve senão eu sou demitido e pronto. É particular, você sabe né? A gente aceita e fica quietinho senão ta na rua. O patrão é quem manda. O negócio é dele. A gente pode conversar, sentar e tentar chegar num acordo se ele tiver de bom humor, senão...

Mas você declarou ser estudante?

É, mas é que eu faço estágio numa firma.

Se, por exemplo, precisasse asfaltar sua rua, como você faria?

Acho que mandar cartas, pedir diretamente para o prefeito ou vereadores.

Você se lembra de alguma outra forma de pedir, se manifestar?

Passeatas.

Ao apresentarmos opções para refletir e se expressar, Cláudio sentiu possibilidade de pensar outras formas de reivindicação que conhecia. Fazer greve, embora dissesse ser impossível em seu caso, mandar cartas ou falar diretamente com representantes do poder público e fazer passeatas apareceram como opções válidas para se fazer ouvir.

O exemplo dado, do asfalto da rua, parece ter transportado o campo reivindicatório do espaço privado para o espaço público. Ele incluiu em sua fala a responsabilidade do prefeito e dos vereadores em relação a este espaço, sugerindo também, como Antonio, a maior proximidade ao centro de decisões.

Com Paulo aparece as mesmas concepções de Maria e Antonio:

Ah, eu acho que fazendo abaixo-assinado, né?

Por exemplo, você acha que manifestação, protesto funciona?

Não, acho que não.

E greve? Você acha que funciona?

Ai eu sou contra isso aí. Eu nunca fiz isso aí. Na idade que eu tenho, nunca precisei fazer isso aí.

A forma com que Paulo fala sobre greve e o termo usado (“isso aí”), e dizendo que com a idade que tem nunca precisou fazê-la, insinua uma visão pejorativa do ato.

Já Aline encontra possibilidade de chamar atenção para o problema na manifestação:

Só manifestação.

Você acha que abaixo-assinado funciona?

Eu acho que não.

E greve? Você acha que funciona?

Não porque atrapalha muita gente que não tá envolvida, né?

A greve apareceu como o principal meio de manifestação e reivindicação para Jorge por sua descrença de que os outros meios podem não ser levados a sério por não causarem tanto transtorno.

Acho que só a greve mesmo. A gente vê. Se não prejudicar ali na coisa, ninguém se mexe. O governo, os patrão só ouve a gente assim. Pode ser que manifestação (pelas ruas) chame atenção, ou abaixo-assinado também, mas acho que não levam a sério, não.

Tanto naqueles que defenderam a greve, quanto naqueles que a descartaram, apareceu idéia de que atrapalha o funcionamento do serviço e isso serviu como justificativa, tanto para aceitá-la – pois torna a reivindicação mais séria - quanto para rejeitá-la – em preocupação com os transtornos causados ao outro.

A participação política numa ordem democrática vai além da partidário-institucional, envolve indivíduos em associações e grupos intermediários de diversos tipos. Um projeto democrático no Brasil deve “contar” com a instauração de canais alternativos de participação, afirma Boschi (1985).

3.5 A PARTICIPAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

A aspiração de verificar as possibilidades de participação no cotidiano inclui, obviamente, o ambiente de trabalho. A forma que cada um pode participar, se posicionar e expor esta posição aos demais, mesmo quando em uma reunião com chefes ou superiores, influencia na forma como os indivíduos irão valorar e chamarem para si a participação (PATEMAN, 1992).

Cole compartilhava com Mill a idéia de que pela participação em nível local o indivíduo aprenderia democracia. Na indústria estaria esse importante efeito educativo. O homem comum gasta boa parte de sua vida no trabalho, é onde se socializa e apreende o mundo. O pior mal do mundo não seria, portanto, a pobreza, mas a escravidão. A multidão de alforriados foi treinada a vida inteira para a subserviência; e um sistema servil na indústria resulta em servidão política.

A teoria da democracia participativa assenta-se sobre a idéia de que é necessário mais do que instituições a nível nacional para se garantir a democracia. É indispensável que a socialização, o “treinamento democrático” ocorra em outras esferas para se desenvolver as atitudes e qualidades psicológicas para a democracia. Esta teoria fia um papel educador à participação, por conseguinte.

A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. As hipóteses subsidiárias a respeito da participação

são de que ela tem um efeito integrativo e de que auxilia a aceitação de decisões coletivas (PATEMAN, 1992, p.61).

Juntamente, a forma de governo será mais democrática, necessariamente, quanto mais a sociedade for participativa. Todos os sistemas políticos devem ser democratizados e a socialização pela participação deve poder ocorrer em todas as áreas.

A indústria, enquanto local de trabalho, onde as pessoas passam boa parte da vida, torna-se o lugar mais importante para essa socialização propiciando uma educação na administração dos assuntos coletivos. Nela deve haver a possibilidade de desenvolver a capacidade de controle da sua vida a nível local, propiciando a expansão a nível nacional.

Nestes termos, procurávamos obter dos entrevistados elementos que indicassem possibilidade de participação em seu cotidiano e, quando isso não era possível de forma sutil, perguntávamos explicitamente.

Dona Maria, por exemplo, embora dissesse não participar de nenhuma associação ou grupo, afirmou freqüentar reuniões na escola do bairro e ali ser possível propor idéias, posicionar-se e se expressar, tanto como em sua casa, já que sua profissão foi declarada como dona-de-casa.

Já para Antônio, ao iniciar uma descrição sobre sua vida em Americana, os lugares que trabalhou, perguntamos se na última firma, em que trabalhou mais tempo, na função de contador, havia possibilidade de participar das decisões, se posicionar e expressar sua posição.

Tinha sim, eu era contador, conhecia as finanças. Tinha reunião na diretoria e podia dizer o que penso, discordar, tudo. Afinal, eles precisavam da minha opinião pra fazer as coisas.

Cláudio, Paulo e Jorge demonstraram, em suas entrevistas, não haver tanto espaço para participação no trabalho, tanto pela natureza de suas funções quanto pelo tamanho ou característica do estabelecimento em que trabalham. Cláudio enquanto estudante e estagiário de administração em uma tecelagem, não vê nenhuma possibilidade de participação em decisões na faculdade nem no trabalho. Paulo disse ser ouvido sim, mas quando era pedida

sua opinião. E Jorge disse não ter possibilidade, “só cumprindo com suas obrigações no serviço” de funileiro.

Malgrado as pequenas contradições ao falarem da importância do voto, da incerteza da participação de alguns se este não fosse obrigatório, a única a demonstrar desinteresse total na eleição e afirmar não acreditar no voto e que abriria mão dele, foi Aline.

A posição que podemos perceber de Aline, era a de que participação resumia-se ao voto e que este não possui tanto valor, por sua descrença na política. Um traço de nossa cultura política, historicamente enraizado, é a aversão à idéia de participação em bases amplas. A relação com as bases, portanto, resume-se a uma mobilização feita pelo alto visando fornecer poder aos velhos líderes neste pacto, afirma Boschi.

Pateman citando Almond e Verba:

As pessoas com o senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar de política do que aquelas que carecem desse sentimento, e se descobriu também que subjacente ao senso de eficácia política está uma sensação geral de eficiência pessoal (PATEMAN, 1992, p.66).

3.6 CONFIANÇA E LEGITIMIDADE

Para Locke, o estado de sociedade e o poder político surgem de um pacto entre os homens para suprimirem as incertezas e inconstâncias do estado de natureza. Tal estado de natureza seria o modo de vida mais primitivo da humanidade. De forma que, se em estado de natureza todos são livres para fazer o que bem entenderem, não haverá garantias para ninguém; a liberdade e a igualdade ficariam ameaçadas. É assim que, para preservar esses direitos, estabeleceram um contrato entre si criando o governo e a sociedade civil.

“O único modo legítimo pelo qual alguém abre mão de sua liberdade natural e assume os laços da sociedade civil consiste no acordo com outras pessoas para se juntar e unir-se em comunidade, para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras com a garantia de gozar de suas posses...” (LOCKE, 2005, p.76).

Nesse pacto, a comunidade cria um corpo político, onde apenas a maioria tem a faculdade de agir por todos, isso se dá porque “apenas o consentimento dos indivíduos leva a comunidade a agir, e é necessário, para que um corpo se mova em certo sentido, que o faça movido pela força maior, ou seja, a do consentimento da maioria” (LOCKE, 2005, p.76). Ao concordar em formar um corpo político com os demais, o indivíduo compromete-se a se submeter à vontade da maioria.

A legitimidade do governo se dá pelo consentimento de homens livres para juntar-se, formando uma sociedade sob a égide de um governo. E para que essa união ocorra através do consentimento, é necessário que haja confiança mútua.

Portanto, a confiança é necessária para o funcionamento estável e eficaz de um regime democrático. No trabalho “The Civic Culture”, Almond e Verba falam sobre essa confiança necessária, tanto sobre as instituições quanto sobre o próximo. Eles tentam medir o grau de confiança entre as pessoas em cinco países de diferentes níveis sócio-econômicos e constatam que, nos países mais desenvolvidos e com regimes democráticos estáveis, as pessoas confiavam mais umas nas outras, bem como nas instituições. Consequentemente, a política, os partidos e os candidatos deteriam maior grau de confiança do eleitorado em suas concepções e programas e ações.

Em relação a isto indagávamos também sobre a confiança que as pessoas depositavam nos candidatos e suas promessas de campanha. Se havia, realmente, um interesse nos programas apresentados e se os entrevistados acreditavam que essas metas seriam cumpridas:

Na época de campanha vem uma enxurrada de cartinha. Eles vêm aqui pedir voto, aperta a mão. Depois não vê mais. (Maria)

Nessa questão percebemos em Antonio irritação com o assunto, tanto no tom de sua voz quanto na forma com que se expressava, dizendo “certo?” no final das frases.

Veja bem, aparece um monte de candidato na época de campanha. Eles pedem voto, aperta a mão da gente, certo!? Na hora que ele for eleito é tudo a mesma coisa, certo!? Se ele aparece na televisão fala mil e uma coisas boas, uma maravilha, certo!? Aí depois é que você vê o que deu, certo!?(Antonio)

Na fala de Cláudio encontramos a idéia de que as promessas de campanha não são verdadeiras e não merecem ser levadas a sério, e sim o fato de o candidato possuir atributos como ser sério e trabalhador.

Não acredito muito nas promessas de campanha, não. Eu acho que a gente tem que saber quando o cara é trabalhador. Que ele é sério e tem que acreditar nisso.

Já Paulo diz acreditar num primeiro momento, mas depois haver uma desilusão. Em toda a entrevista ele demonstrava uma vontade de participar, interagir com o mundo da política, participar em reuniões da associação de bairro com candidatos; e até justifica suas escolhas pelos programas apresentados pelos candidatos; é como uma ação de “boa fé” para com os políticos, que nem sempre cumprem com o prometido.

Olha, quando eles estão falando a gente até acredita nas promessas que eles estão fazendo, que eles vão fazer, mas depois, quando eles estão lá dentro, muita coisa eles não faz, né!?

Todavia, há uma diferenciação em sua fala das outras, que não leva totalmente os políticos ao descrédito. Seu comportamento buscando interação, participação, acompanhado da sentença “*muita coisa eles não faz*”, sugere que algo é feito. Sugere que a insistência, a perseverança, vale a pena, pois pode se conseguir algo.

Aline já nos havia dado resposta a essa pergunta ao questionarmos sobre a capacidade de gerar mudanças com seu voto.

Eu acho que isso aí é ilusão, né? Porque na época eles faz promessa e quando passa a eleição eles não faz nada.

Enquanto Jorge respondeu de forma direta:

Não mesmo.

Também relacionada à questão da confiança e a manutenção do apoio aos políticos - amparados nos acontecimentos do cenário político federal, bem como nas denúncias e dossiês como práticas de campanha para desabonar os adversários - perguntamos se eles votariam num candidato envolvido em algum escândalo. Caso a pergunta fosse negativa, continuaríamos com a pergunta: mesmo se nada fosse comprovado?

A essa pergunta, Dona Maria havia respondido ao falar de seu voto para vereador e governador:

Como pessoa eu gosto sempre do Maluf. Ele não se candidatou, mas se ele se candidatasse, sempre meu voto era dele. Porque ele é uma pessoa boa, ele fez. Roubar todo mundo rouba. Lá dentro todo mundo enfia dinheiro no bolso. Se fosse eu lá dentro e sobrasse eu mesma enfia no bolso. Ele rouba mas faz [...] (sobre o vereador) eu gosto dele e pra mim não interessa o que ele faz lá, ou em outro lugar. Pra mim ele é uma pessoa amiga, trabalhador. Lá na prefeitura já deu um rolo lá, não sei o que é, que eu to por fora, mas pra mim eu voto nele. Porque entrou lá fica tudo igual, nem melhor nem pior, então eu voto nele que pelo menos é uma boa pessoa.

O poder carismático, como Weber (1992) o considerava, é dependente das qualidades inerentes em um indivíduo por basear-se nas suas próprias expressões, intransferíveis; tem ele uma qualidade única e arbitrária. O líder carismático não se amolda à idéia de rotina. Ao contrário, sua existência é uma ameaça à rotina e à ordem estabelecida.

A forma de apoio dada por Maria é incondicional por ser baseada em predicados pessoais, no carisma do candidato, não por conteúdo programático, idéias e concepções políticas, por isso não importa suas ações ou seus desvios, contanto que ele conserve a correspondência com aquela imagem carismática. O voto na pessoa é indicador de personalismo e considerado inexistência de comunidade cívica. Isso ocorre em detrimento à compromissos programáticos com as questões públicas, segundo Putnam.

O fato de o sujeito ser ou não culpado influenciaria Antonio, embora num primeiro momento a recusa fosse mais forte.

Não, eu não votaria, não. É por isso que a coisa ta assim, ne? É por causa dessa gente aí sem caráter [...] (se nada fosse comprovado) bom,

aí depende, né? Aí já é outra coisa. Tem que ver mesmo se é ou não culpado pra depois condenar.

Enquanto a opinião de Cláudio não mudaria pelo fato de não ser comprovado.

Não votaria, mesmo se não comprovassem.

Paulo, por sua vez disse não votar nem se a denúncia não fosse comprovada

Eu não votaria. Eu acho que se o pessoal fala, eu acho que é porque estão por dentro do escândalo. É porque eles sabem.

Contudo, por haver dito que votou no Lula, resolvemos questionar se seu apoio ainda estava em pé. Pois, como diz a pergunta, seu nome foi citado nos últimos escândalos e nada foi comprovado.

Se ele (o Lula) pudesse e saísse candidato novamente você votaria nele?

Eu acho que se até o final do governo dele ele melhorasse as coisas eu votaria. Agora só depende dele, né!? Se melhorar e não piorar né!? Eu acho que muita gente votaria nele.

Seu apoio a Lula vai além de sua opinião sobre escândalos e dos escândalos em si. A aprovação que confere ao governo é clara e poderá ser mantida se o cenário sócio-econômico não piorar.

Aline disse não haver problemas com relação a escândalos ou denúncias.

Eu votaria.

E se questionada sobre se votaria num candidato cujo lema é rouba, mas faz, ela também respondeu afirmativamente.

Votaria. Não tem problema.

Talvez por causa de sua descrença na política, Aline não encontra problemas em apoiar candidatos envolvidos em escândalos ou declaradamente corruptos. Sua opinião de que são todos iguais e que não haverá mudanças após a eleição abre espaço para o voto naquele que faz, embora roube.

Jorge, no entanto, disse não votar, assim como Antonio e Paulo e logo em seguida explicou sua posição quanto ao Lula, antes mesmo de perguntarmos.

Bom, isso não. À eu não voto não. Você vê: lá em casa a gente tudo votou pro Lula, mas agora já não sei. Meu pai diz que não acredita nessas coisas que saíram. Eu já não sei, fico com pé atrás. Já não sei se voto nele mais, não. É capaz de meu pai falar e eu ir lá botar em branco ou sei lá.

Afirma-se que o sistema de representação política está passando por uma crise, já que a representação parecia estar fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos pois, a grande maioria dos eleitores se identificava com o partido e se mantinha fiel e, atualmente, já não há tal identificação, votando-se, a cada eleição, de maneira diferente (MANIN, 1995).

De maneira geral, nos últimos anos, as pesquisas de opinião pública têm revelado um declínio acentuado da confiança que os brasileiros depositam nas instituições políticas e particularmente na classe política. Nota-se claramente, também, uma fragilização dos laços sociais e a institucionalização do individualismo, com o interesse privado ou individual se sobrepondo ao interesse coletivo (BAQUERO, 2001, p.98).

Se, por tanto, a democracia atual fundamenta-se no voto, na representação; e se a participação popular - mesmo que contaminada por informações erradas ou distorcidas - depende da crença na eficácia das instituições democráticas e de suas ações, os dados que demonstram a alarmante dúvida quanto à opinião de que a democracia realmente é a melhor

opção política, pode demonstrar não só uma instabilidade dessas instituições, mas também uma problemática referente à participação do indivíduo no processo eleitoral.

[...]processos clássicos de democratização sugerem que, mesmo admitindo-se a existência de certa margem de autonomia na sua formação, valores, atitudes e procedimentos políticos se reforçam a partir da interação entre o comportamento e o funcionamento das instituições políticas, algo que implica tanto em processos de aprendizagem do seu uso, como de ressocialização política induzida pela experiência, mas ambos sedimentam-se com o passar do tempo e com a continuidade dos processos que constituem os sistemas políticos (MOISÉS, 1995, p. 94).

3.7 DEPOIS DA ENTREVISTA

Frequentemente, após desligarmos o gravador, acontecia de obtermos alguma informação ou opinião que não foi dada durante a pergunta na entrevista ou que não fazia parte das questões levantadas.

Paulo, ao perguntar sobre a pesquisa, sobre meu curso e minha faculdade, demonstrou muita revolta com o sistema educacional do país. Disse estar indignado com “*as crianças que saem sem saber ler nem escrever*”. Citando vários exemplos da vizinhança, a escola do bairro e professores que conhece, afirmou que as escolas estão caóticas, pela a falta de respeito ao professor e às matérias dadas e culpou a “política de não repetir mais os alunos” pelo estado encontrado.

Paulo ainda demonstrou preocupação com a questão do racismo.

Agora, o que eu acho que devia acontecer era entrar um candidato de cor lá. Um candidato negro. Porque esses racistas, tem muitos racistas por aí, eles ficam falando e, que nem aquele lá, o Pita, eu queria que ele tivesse feito um bom governo pra mostrar pra essa gente que não tem nada a ver a cor do candidato. Ele pode fazer algo bom sim.

Ao demonstrar espontaneamente sua opinião quanto ao preconceito, ficamos curiosos sobre se o candidato fosse homossexual.

Eu acho que não tem problema não. Só que aquele Clodovil eu não voto, não porque ele é gay, mas porque é muito mal-educado. A gente vê ele nas entrevistas tratando mal as pessoas aí. É por isso. Meu sobrinho, ele da aula em faculdade, ele veio e falou que votou nele. Tudo bem, mas eu não voto por isso. Ele trata mal as pessoas. Se fosse mais educado eu votaria.

Sua atenção para com o candidato parece ser voltada ao seu comportamento e a forma com que ele lida com o próximo. A justificativa dada para não votar no candidato por ele citado, seria a “falta de educação”.

Para penetrarmos no mundo da linguagem é necessário procurar suas primeiras expressões através da gesticulação emocional. Para Merleau-Ponty o gesto enquanto movimento do corpo para exprimir idéias ou sentimentos não é operação do conhecimento, complementa Bicudo. O gesto comunica a percepção obtida sem mediação, sem reflexão. “A fala engloba o gesto e, pela gesticulação verbal, indica uma paisagem mental que não está dada” (Bicudo, 2000, p.40). Interligando pensamento, motricidade e fala, Merleau-Ponty acredita que o gesto expressa a maneira pela qual o sujeito faz uso de seu corpo e suas emoções.

Antonio, por sua vez, indagou sobre as campanhas milionárias que agora estariam “*na mira do povo*” pelas novas regras introduzidas, proibindo *outdoores*, camisetas, brindes, etc. Foi então que expressou sua opinião quanto aos financiamentos de campanha:

Eu acho errado. Tem empresa que financia, mas daí fica... (gesto de coisa presa, amarrada). Eu acho que tem que trabalhar e mostrar o esforço dele, as qualidades dele. O Collor, por exemplo, foi financiado pela Globo: se fizer isso aqui eu ajudo. É troca de interesse. Eu acho que é errado.

Sua posição claramente contrária ao financiamento foi expressa no exemplo de Collor, numa troca de favores que deixaria o candidato preso ao seu financiador.

Essas falas expostas no fim da entrevistas possuíam um tom de desabafo. De exposição dos problemas. Uma forma de serem ouvidos, sem a pressão de responder direito que demonstravam durante a gravação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já ao começarmos a discussão sobre o método de coleta de dados empregado na pesquisa, encontramos espaço para pensarmos as diversas formas de relacionamento dos indivíduos com relação ao entrevistador. Desde a forma de se recepcionar até a forma com que os entrevistados lidam com as questões e com o assunto abordado transparece um pouco de suas perspectivas. Como o trecho do poema citado, de João Cabral de Melo Neto: como saber do que falar se há tantas coisas para falar; será que o não falar não é uma forma de se falar da própria coisa?

Algumas pessoas abordadas para responderem o questionário recusaram-se participar por diversos motivos. Alguns nem chegavam a ouvir o porquê da visita, outras pessoas se dispunham a participar, mas hesitavam ao saber que se tratava de política, enquanto outras ainda se recusavam, terminantemente, a responder, por causa do tema. Houve casos de sermos recepcionados por pessoas que pensavam estarmos pedindo doações, algo nesse sentido. Em geral, a discussão sobre política segue a idéia, declarada por boa parte dos entrevistados, de ser “uma coisa chata”.

Frequentemente, principalmente entre os mais pobres, apareceu uma posição de desconfiança sobre os motivos das perguntas e também sobre sua legitimidade para responder a tais questões. Eles possuíam uma visão de si próprios como excluídos do debate sobre tal assunto. Assim como Bourdieu analisa a questão do discurso e sua legitimidade, observamos a ocorrência de certa hesitação em falar sobre política. Os discursos eram freqüentemente permeados por frases que demonstravam a incerteza quanto ao que se estava sendo dito. Concomitantemente, diversas vezes os discursos entravam em auto-contradição.

Diferentes explicações e diferentes fatores poderiam esclarecer o posicionamento destes entrevistados diante do pedido de resposta feito pela entrevista. É claro que não podemos exigir, como questionam Bourdieu e Thiollent (1987), a existência de opinião formada sobre todos os assuntos que eventualmente possamos abordar. De repente, o entrevistado nunca haveria se colocado aquele problema e, na hora da entrevista se viu obrigado a responder algo a que não tinha refletido. Contudo, é perceptível a diferença educacional a que os diferentes extratos possuem acesso e, com isso, a diferença na forma de expressão, bem como do conteúdo que se expressa. Para alguns entrevistados na parte qualitativa da pesquisa, em que explicávamos a intenção de fluência como numa conversa,

recebíamos respostas diretas e curtas, “sim” ou “não”, sem maiores definições ou explicações da opinião dada.

Em certos momentos, quando aplicávamos questionários ou realizávamos as entrevistas, tínhamos a sensação de estarmos realizando um trabalho infrutífero, a realidade e as idéias das pessoas eram tão diversas e alheias à política que havia um choque entre as concepções e a vida do pesquisador com a dos entrevistados. O pensamento de estarmos fazendo questionamentos que as pessoas jamais haviam se colocado, de tratarmos de um assunto que o entrevistado perceptivelmente não dava importância e não fazia parte do seu cotidiano com certeza não influi somente no resultado da pesquisa, mas também na forma como o pesquisador passa a sentir e a pensar sua própria pesquisa.

Imprevistos surgiram no decorrer da coleta dos dados quantitativos quando as respostas eram dadas sem haver alternativas correspondentes, como a cor da pele, por exemplo; era notável a dificuldade de alguns indivíduos se identificarem como branco, negro, mulato, etc. Daí surgia classificações diversas como “café-com-leite”, “moreno jambo”, “marrom bom-bom”, etc, que eram assinaladas como “outros” e exigiam uma observação com o termo utilizado.

Uma das constatações visuais mais sensíveis, quando se pesquisa em um bairro pobre, é a predominância da população negra nestes bairros. A desigualdade social que permeia todas as relações entre os diversos estratos sociais no Brasil afeta principalmente a população negra. É curioso constatar a dificuldade que algumas pessoas afro-descendentes possuem em se identificar enquanto tal.

Tal dificuldade em identificar a cor demonstra um problema nos apelos, em termos eleitorais, baseado nesse tipo de identificação. Talvez dentro de alguns grupos de resgate da cultura negra, indígena, etc., a politização possa levar a uma coesão na escolha por um representante, porém se esse grupo não for numeroso suficiente para sustentação da candidatura, haverá dificuldade para esse tipo de abordagem.

Era corriqueiro entre os moradores dos bairros mais pobres, queixas de que os políticos só mantêm contato em vésperas de eleição e que, depois disso, já não possuíam mais contato algum.

Dentre os indivíduos pesquisados percebemos tanto na entrevista gravada quanto na lida com o questionário, que aqueles mais próximos do poder, com ligações com políticos ou maiores níveis de educação possuíam maior segurança para falarem e lidarem com a política. Figueiredo (1991) possui uma explicação na direção de que o indivíduo, segundo a teoria psicológica, tem a forma de interação dependente do grau de abstração que ele consegue ter

da sociedade. Talvez nossa constatação possa indicar a existência de um movimento inverso também, podendo haver um movimento duplo que, quanto mais os eleitores se envolvessem com a política e suas instituições, maior seu conhecimento do funcionamento destas. Assim, a forma com que ele interage com a política, suas instituições e os candidatos, é, portanto, influenciada pela sua prática.

Ao perguntarmos o que era democracia, praticamente todos os entrevistados responderam, sempre com questão ligada ao sufrágio e possibilidade de decisão. Contudo, ao perguntarmos se, numa democracia estava relacionada à igualdade, distribuição de rendas, etc, houve respostas de todos os tipos, mas sempre defendiam a idéia de que democracia não está relacionada com distribuição de renda ou justiça econômica ou social.

Percebemos que os partido, em alguns casos, possuem uma imagem que serve como leme na hora da escolha, de acordo com a idéia de Downs (1957) sobre a escolha racional. A imagem que alguns dos entrevistados possuem serve como guia para economizarem na busca por uma definição do voto. O que acontecia, na realidade, é que a imagem passada pelo partido e pelo candidato, através da propaganda, é a imagem que o eleitor parecia guardar e utilizar na justificativa do seu voto.

Quanto à afirmação de Pasquino (1986) e Lamounier (1980), de que a existência de déficits sociais acarretando um baixo nível de instrução levaria à abstenção, nos deparamos com o caso de Aline; ela declarou uma renda familiar menor que um salário mínimo, obtida com a venda de recicláveis. Durante a entrevista, em que afirmou estarem desempregados ela e o marido e ressaltava a dificuldade em cuidar dos dois filhos ainda crianças, Aline nos deixava claro, a todo momento, sua desilusão para com a política e os políticos. Declarou ter anulado todos os votos, menos para presidente, pois havia depositado toda sua esperança em Lula.

É visível, não apenas na fala de Aline, mas também na fala de outros entrevistados, um posicionamento passivo diante da arena política. Uma idéia geral de que se deve procurar o político certo, “o votar certo”. Todavia essa concepção de certo é que se relativizava, mudava para cada pessoa.

Uns acreditavam no salvador; o político terá todas as respostas para os males e dificuldades que a população passa. Uma certa visão messiânica, de se entregar o poder não na mão de um representante, um delegado, ou mediador, mas um salvador que irá interceder por nós em todo e qualquer caso, para resolver nossos problemas. Outros criam que os laços afetivos, de amizade, é que deveriam determinar sua escolha. Outros terceiros viam a eleição como uma negociação ou troca de favores. Havia ainda aqueles que acreditavam que votar

certo era votar no que iria ganhar, não desperdiçar o voto com aquele que provavelmente perderia, quase como uma aposta no campeão.

Se a democracia depende, como vimos anteriormente, de uma cultura voltada para os valores e crenças orientados para a participação e sua eficácia, por parte dos indivíduos, podemos relacionar a queda do apoio desta verificado na América Latina, em específico, no caso do Brasil, ao baixo nível educacional (orientados para determinados assuntos) de boa parte da população e da pouca confiança, que gozam os extratos mais baixos, de que possuem legitimidade e capacidade de opinar sobre o assunto. Como afirma Bourdieu (1974), eles não se legitimam para realizar o discurso, não se sentem portadores do cetro que os permitem falar sobre aquele assunto. Mais ainda, encontramos nessa “autodeslegitimação” talvez um obstáculo para a participação ativa da população em geral.

A cultura política de uma parte da população pode, de acordo com os valores, crenças e atitudes por ela partilhada, ser propícia ao surgimento e à manutenção de formas tradicionais de poder. De fato, se quisermos uma sociedade democrática em condições de manter sua igualdade (em qualquer aspecto), a necessidade de uma educação mínima que aborde as questões diárias de conflito em que os indivíduos estão inseridos se faz presente para o geral da população.

Mesmo numa cidade como Americana, que possui características singulares que a diferencia de grande parte do país, com um alto nível de desenvolvimento humano, alto nível de urbanização e taxa da alfabetização semelhante a países desenvolvidos, encontramos relações de clientelismo como a descrita por Barbosa (1988). Mesmo que a relação de clientelismo não seja a doação direta de alimentos, presentes etc. Percebemos, na fala de alguns, um tipo de relação com políticos locais – e/ou com partidos - em que prevalece um sentimento de gratidão, de dívida, que os tornam clientes e os impossibilita, como um entrevistado disse, de assistir o comício eleitoral de outro candidato, por exemplo.

O sentimento de deslegitimação, aliado à desconfiança nas atitudes do próximo (da classe política no caso), e a uma cultura de baixa participação, em que se espera ter os problemas resolvidos por outro - ou até mesmo clientelismo – irão definir o modo como o indivíduo vê a política e como ele se posiciona em relação aos políticos. Essa é a cultura política que irá influenciar o voto do indivíduo, suas escolhas e sua participação. O favorecimento de atitudes participativas, autônomas e democráticas é imprescindível para o desenvolvimento e a valorização da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. **Arquitetura Bioclimática No Espaço Público**. UNIMEP, Santa Barbara D'Oeste, 2003. Il. color, Trabalho final de graduação do curso de arquitetura e urbanismo.

ALMOND, G.; POWELL Jr., G. B. **Uma Teoria de Política Comparada**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations, Boston: 1963. Little, Brown and Co.

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. **Opin. Pública**, Campinas, vol.10, no.2, p.242-253, Oct. 2004.

BAQUERO, M. Construindo outra sociedade: capital social na estruturação da cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, no.21, p.83-108, Nov. 2003.

_____. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática**: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo. Perspec., Dez 2001, vol.15, no.4.

BARBETTA, P. A.. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

BARBOSA, M. L. V. **Voto da pobreza e a pobreza do voto**: A ética da malandragem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1988.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Ed. Hucitec. 1993.

BELLIGNI, S. Aparelho. In: BOBBIO N.; MATTEUCCI N.; PASQUINO G. (orgs). **Dicionário de política**. 2ª ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986. p.49-53.

BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo. Ed. Cortez; 2000.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 9a ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. Campinas. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, nº 1 p. 147-168. Março 2005.

BOSCHI, R. R. Notas sobre a participação popular e o reforço do legislativo. In. **Estado, participação política e democracia**. Soares, Ricardo Prata *et all*, 1985. São Paulo, Anpocs. pp.51-68.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. 1ª ed, São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. A Opinião pública não existe. In: THIOLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 1987. pp. 137-151.

CALDEIRA, T. P. do R. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: editora Brasiliense, 1984.

_____. Para que serve o voto?(as eleições e o cotidiano na periferia de São Paulo). In: LAMOUNIER, B. *et all.* **Voto de desconfiança**. São Paulo: Vozes, 1980.p.81-115.

CAMINO, L.; SILVA, E. A. da; SOUZA, S. M. de. Proposing a Psychosociological Model of Electoral Choice: the case of 1992 election in João Pessoa. **Estud. psicol.** v.3, no.1 Jan./June 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100002&lng=en&nrm=iso> Acessado em: 20/ago/2004.

CARREIRO, Y. de S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. Identidade ideológica e o voto para presidente. **Opin. Publica**, Campinas, v.8, no.1, p.54-79, Maio 2002.

COLE, G. D. H. apud PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DAHL, R. A. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press. 1989. cap16.

DOWNS, A. **An economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo, Sumaré/ANPOCS, 1991.

GEERTZ, C.. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-41.

GIORGI, A. apud MELO, S. M. M. de. . **Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em professoras**. Campinas, SP; Mercado das letras, 2004.

GOMES, N. D. **A Incomunicação Política Brasileira:** da Desinformação a desnaturalização na Publicidade Eleitoral. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/13gt/NeusaDemartiniIncomunic.htm>>. Acessado dia: 14/abr/2004.

INFORMAÇÕES ELEITORAIS. **Base de Dados.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php>> Acessado em: 01/mai/2008.

INFORMAÇÕES ELEITORAIS. **Base de Dados.** Disponível em: <<http://www.infopoliticas.sp.gov.br/eleicoes/>> Acessado em: 01/mai/2008.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Rev. brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, v.20, no.57, p.65-81, Fev 2005.

LAMOUNIER, B. (Org). **Voto de desconfiança:** eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo: Passado e Presente. In: _____; CARDOSO, F.H. **Os partidos e as eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LATINOBAROMETRO, Corporación. **Informe – Resumen Latinobarometro 2004: Una década de mediciones.** Disponível em <<http://www.latinobarometro.org/Upload/Informe%20LB%202004%20Final.pdf>> Acessado dia 20/ago/2004.

LATINOBAROMETRO, Corporación. **Informe Latinobarometro 2006 Banco de Datos en Línea.** Disponível em <http://www.latinobarometro.org/fileadmin/documentos/prensa/Espanol/Informe_Latinobarometro_2006.pdf> Acessado dia 09/out/2007.

LENHARD, R. **Sociologia Geral.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1980.

LIPSET, S. M.. **O Homem político.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LOCKE, J. Segundo Tratado Sobre o Governo. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MACIEL, E. C. B. de A. **Democracia representativa e consulta popular (1998).** Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/conleg/artigos/direito/DemocraciaRepresentativa.pdf>> Acessado dia: 23/ago/2004.

MACRIS, V. **Site.** Disponível em: <<http://www.deputadomacris.com.br/>> Acessado dia: 14/mai/2008.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** ANPOCS, N°29, ano 10, p.5-34. outubro de 1995.

- MARTINS, J. P. S. **Abdo Najar, o tecelão do futuro**. Campinas, SP; Ed. Komedi, 2007.
- MELO, S. M. M. de. **Corpos no espelho**: a percepção da corporeidade em professoras. Campinas, SP; Mercado das letras, 2004.
- MENTOR, A. **Site**. Disponível em: <<http://www.antonimentor.com.br/>> Acessado dia: 14/mai/2008.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MICHELS, R. As Tendências Burocráticas das Organizações Partidárias. In: CARDOSO F. H.; MARTINS C. E. (Orgs) **Política e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. vol. II.
- MILL, J. S. apud PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MUNCK, G. L. Teoria dos Jogos e Política Comparada: Novas Perspectivas, Velhos Interesses. **Dados**. v.43, no.3, 2000, p.559-600. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300005&lng=en&nrm=iso> Acessado em:20/ago/2004.
- NOGUEIRA, O. O objeto das ciências humanas. In: HIRANO, Sedi. (org.) **Pesquisa social**: projeto e planejamento. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- PATAPOFF, P. **Desenvolvimento Econômico e Urbanização**: estudo de caso do município de Americana 1970/1985. 1989. 69f. Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas 1989.
- PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PASQUINO, G. Abstencionismo. In: BOBBIO N.; MATTEUCCI N.; _____. (orgs). **Dicionário de política**. 2ª ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986. p.7-9.
- PNUD, **Renda cai e Brasil continua em 63º no IDH**, Brasília, 07/09/2005
http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=1445&lay=pde
Acessado em: 10 out 2005.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1996.

ROUSSEAU, J-J. apud PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROUSSEAU, J-J. **O Contrato Social**. Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

SARDELLI, F. **Site**. Disponível em: <<http://www.antoniomentor.com.br/>> Acessado dia: 14/mai/2008.

SARTORI, G. **Teoria Democrática**. Ed. Fundo de Cultura, Brasil, 1965.

SCHUMPETER, J A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: as eleições presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2000.

THIOLLENT, M J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 1987. p. 41-77.

WEBER, M. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1992.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2001.

APÊNDICE A – DADOS ESTATÍSTICOS PARA DEFINIÇÃO DAS ENTREVISTAS

De acordo com o questionário aplicado, segundo o método anteriormente descrito, encontramos algumas proporções dentre diversas variáveis que cabem ser explicitadas aqui, para elucidarmos o perfil da população encontrada, suas especificidades enquanto amostragem, sem querermos generalizar para o resto da população; e, assim, tornarmos o mais transparente possível a pesquisa e os dados coletados.

Tabela 6. Idade dos entrevistados

Idade	%
de 16 a 19 anos	13,9
de 20 a 25 anos	15,8
de 26 a 31 anos	20,8
de 32 a 45 anos	20,8
de 45 a 60 anos	14,9
mais de 60 anos	13,9
Total	100,0

Segundo os dados apresentados na Tabela 5, as maiores proporções de entrevistados foram nas faixas etárias de 26 a 31 anos e de 32 a 45 anos, com cerca de 20% cada. Seguidos da faixa etária de 20 a 25 anos, com cerca de 15%. As menores proporções foram entre pessoas com mais de 60 anos e jovens dos 16 aos 19 anos.

Tabela 7. Grau de Escolaridade

	%
Fundamental	37,6
Basico	11,9
Médio	14,9
Superior	24,8
Superior incompleto	10,9
Total	100,0

A maior parte dos entrevistados, de acordo com a Tabela 6, possui escolaridade de nível Fundamental, cerca de 37%. Seguidos do nível Superior, cerca de 24%. Uma informação com porcentagens contrastantes entre os dois maiores grupos e os demais.

Tabela 8. Quantos Membros na Família

	%
um	7,9
dois a três	30,7
quatro a seis	52,5
mais que seis	8,9
Total	100,0

A maioria absoluta com cerca de 52% dos entrevistados possui de quatro a seis membros na família. Cabe explicar aqui que considerávamos membros na família aqueles que moravam na mesma casa. O segundo maior grupo, cerca de 30%, era de dois a três membros morando junto.

Tabela 9. Renda Familiar (salários mínimos)

	%
menos de 1 salário	6,9
de 1 a 2 salários	11,9
de 3 a 5 salários	34,7
de 6 a 8 salários	24,8
de 9 a 15 salários	3,0
mais de 15 salários	2,0
não respondeu	16,8
Total	100,0

O perfil econômico encontrado era com maioria possuindo renda familiar de 3 a 5 salários mínimos, cerca de 34%; seguido de 6 a 8 salários, com cerca de 24%. Ainda, cerca de 16% não souberam ou não quiseram responder a essa questão.

Tabela 10. Participa de grupo ou associação

	%
sim	13,9
não	86,1
Total	100,0

A grande maioria dos entrevistados, cerca de 86%, afirmaram não participar de grupos ou associações. E cerca de 74% não frequenta comícios, segundo a tabela seguinte.

Tabela 11. Frequenta comícios

	%
sim	25.7
não	74.3
Total	100.0

Importante observar que a grande maioria da população não costuma frequentar comícios. Assim como, segundo a tabela 8, cerca de 61% não assiste ao horário eleitoral.

Tabela 12. Assiste horário eleitoral

	%
sim	38.6
não	61.4
Total	100.0

Esses dados demonstram um baixo nível de procura por informações sobre as plataformas e propostas de candidatos e partidos.

Tabela 13. Identifica como cor

	%
branco	60,4
negro	7,9
mulato	5,0
Não soube responder	10,9
outro	15,8
Total	100,0

Na Tabela 12 demonstramos as respostas à pergunta qual a cor da pele que o entrevistado se identificava, para percebermos se havia alguma aceitação aos apelos de identificação de cor ou etnia para as campanhas assim direcionada (por exemplo, “negro vote em negro”, ou mesmo “mulher vote em mulher”). A grande maioria (cerca de 60%) disse ser branca, enquanto cerca de 10% não soube responder, ao passo que encontrávamos respostas diversas como “moreno”, “café-com-leite”, “pardo”, etc. classificados como outro (cerca de 15%).

Tabela 14. Democracia é melhor forma de governo

	%
sim	30,7
não	26,7
Não soube responder	42,6
Total	100.0

Quanto à questão se a democracia é a melhor forma de governo, frequentemente surgia alguma confusão sobre o termo democracia. Percebíamos então, a necessidade de se perguntar de forma diferente, como uma forma de “traduzir” a questão para alguns no momento da entrevista gravada. Essa necessidade fica evidente na grande porcentagem de questionários que não souberam responde-la (cerca de 42%).

Tabela 15. No voto atenta para:

	%
candidato	42,6
partido	11,9
os dois	31,7
outros	13,9
Total	100.0

A grande maioria (aproximadamente 42%) dos entrevistados afirmaram atentar mais para o candidato na hora do voto, enquanto quase 32% atenta para partido e candidato, sendo que a minoria disse atentar para o partido. Outras respostas foram encontradas, embora as opções fossem claramente demarcadas – frequentemente encontrávamos respostas que diziam basear-se na escolha do pastor ou “uma indicação de Deus”, o que denota a existência de influência da religião e seus líderes - , sendo classificadas como outros.

Tabela 16. Interessa-se por política

	%
sim	34.7
não	65.3
Total	100.0

Aproximadamente 65% dos entrevistados afirmaram não se interessarem por política, segundo a Tabela 15, sendo que a maior porcentagem de desinteressados encontrados, segundo a Tabela 16, estão na faixa etária de 16 a 19 anos (nessa faixa etária 100%

declararam não interessar-se por política) seguidos da faixa de 32 a 45 anos com cerca de 85%. A faixa etária que mais encontramos pessoas que se declararam interessadas em política foi na faixa de 45 a 60 anos (aprox. 86%) seguidos da faixa de 26 a 31 anos com 47% interessados em política.

Tabela 17. Cruzamento Idade X Interessa-se por política

		Interessa por política		Total
		sim	não	
Idade	de 16 a 19 anos		14	14
	% Idade		100.0%	100.0%
	de 20 a 25 anos	6	10	16
	% Idade	37.5%	62.5%	100.0%
	de 26 a 31 anos	10	11	21
	% Idade	47.6%	52.4%	100.0%
	de 32 a 45 anos	3	18	21
	% Idade	14.3%	85.7%	100.0%
	de 45 a 60 anos	13	2	15
	% Idade	86.7%	13.3%	100.0%
	mais de 60 anos	3	11	14
	% Idade	21.4%	78.6%	100.0%
Total		35	66	101
% Idade		34.7%	65.3%	100.0%

Na Tabela 17, cruzamos as respostas para verificar o grau de escolaridade influenciando no interesse por política.

Tabela 18 . Cruzamento Grau de Escolaridade X Interessa-se por política

		Interessa por política		Total
		sim	não	
Grau de Escolaridade	Fundamental	8	30	38
	% Grau de Escolaridade	21,1%	78,9%	100,0%
	Basico	2	10	12
	% Grau de Escolaridade	16,7%	83,3%	100,0%
	Médio	3	12	15
	% Grau de Escolaridade	20,0%	80,0%	100,0%
	Superior	14	11	25
	% Grau de Escolaridade	56,0%	44,0%	100,0%
	Superior incompleto	8	3	11
	% Grau de Escolaridade	72,7%	27,3%	100,0%
Total		35	66	101
% Grau de Escolaridade		34,7%	65,3%	100,0%

A maior porcentagem de indivíduos declarados interessar-se por política possuíam nível superior incompleto (cerca de 72%), enquanto cerca de 56% dos de nível superior declararam interessar-se por política. A maior porcentagem de indivíduos sem interesse em política possui nível básico de escolaridade, seguidos do nível médio e fundamental. (aprox. 83%, 80% e 78%, respectivamente).

Tabela 19. Cruzamento Renda Familiar X Interessa-se por política

		Interessa por política		Total
		sim	não	
Renda Familiar	menos de 1 salário		7	7
	% Renda Familiar		100,0%	100,0%
	de 1 a 2 salários mínimos	4	8	12
	% Renda Familiar	33,3%	66,7%	100,0%
	de 3 a 5 salários	10	25	35
	% Renda Familiar	28,6%	71,4%	100,0%
	de 6 a 8 salários	14	11	25
	% Renda Familiar	56,0%	44,0%	100,0%
	de 9 a 15 salários	3		3
	% Renda Familiar	100,0%		100,0%
	mais de 15 salários		2	2
	% Renda Familiar		100,0%	100,0%
	não respondeu	4	13	17
	% Renda Familiar	23,5%	76,5%	100,0%
Total		35	66	101
	% Renda Familiar	34,7%	65,3%	100,0%

Na Tabela 18 cruzamos as respostas da renda familiar com o interesse por política para verificarmos o interesse de acordo com a renda. Verificamos que 100% dos que recebem menos de um salário mínimo disseram desinteressar-se por política, juntamente aos que recebem mais de 15 salários (com 2 indivíduos nessa faixa), sugerindo que o baixo número de respostas encontradas nessa faixa influenciam sensivelmente a resposta, da mesma forma que na faixa que ganha de 9 a 15 salários mínimos (3 indivíduos) houve 100% de respostas interessadas em política. Percebemos aqui uma fragilidade no método de sorteio aleatório em que não houve atenção para a renda dos entrevistados; o baixo número de representantes de algumas faixas de renda, tornam pouco representativa e pouco segura a análise e generalização dos dados; assim como o encontrado no cruzamento da faixa etária com o interesse por política, em que nenhum indivíduo da faixa dos 16 aos 19 anos disse interessar-se por política.

Tabela 20. Cruzamento Participa de grupo ou associação X Interessa-se por política

		Interessa por política		Total
		sim	não	
Participa de grupo ou associação	sim % Participa de grupo ou associação	10 71,4%	4 28,6%	14 100,0%
	não % Participa de grupo ou associação	25 28,7%	62 71,3%	87 100,0%
Total		35 34,7%	66 65,3%	101 100,0%

Na Tabela 19, encontramos 71,4% dos que participam de grupos ou associações interessados em política, enquanto 71,3% dos que não participam de nenhum grupo ou associações também não se interessam por política.

Tabela 21. Cruzamento No voto atenta para: X Interessa-se por política

		Interessa por política		Total
		sim	não	
no candidato	% no voto atenta para	8 18,6%	35 81,4%	43 100,0%
	partido	6 50,0%	6 50,0%	12 100,0%
os dois	% no voto atenta para	17 53,1%	15 46,9%	32 100,0%
	outros	4 28,6%	10 71,4%	14 100,0%
Total		35 34,7%	66 65,3%	101 100,0%

A Tabela 20 demonstra o cruzamento de resposta entre o interesse por política e a atenção pelo candidato ou partido na hora do voto. Cerca de 81% dos que votam no candidato disse não se interessar por política, enquanto aqueles que atentavam para o partido estavam divididos ao meio. A maior porcentagem dos que declararam interessar-se por política (cerca de 53 %) disseram atentar tanto para o partido quanto para o candidato; e entre aqueles classificados como “outros” para a atenção do voto, cerca de 71% disse não interessar-se por política.

Tabela 22. Cruzamento No voto atenta para: X democracia é melhor forma de governo

		democracia é melhor forma de governo			Total
		sim	não	Não soube responder	
no voto atenta para	candidato	15	17	11	43
	% no voto atenta para	34,9%	39,5%	25,6%	100,0%
	partido	5		7	12
	% no voto atenta para	41,7%		58,3%	100,0%
	os dois	9	4	19	32
% no voto atenta para	28,1%	12,5%	59,4%	100,0%	
outros	2	6	6	14	
% no voto atenta para	14,3%	42,9%	42,9%	100,0%	
Total		31	27	43	101
% no voto atenta para		30,7%	26,7%	42,6%	100,0%

No cruzamento de respostas sobre se a democracia é a melhor forma de governo e a atenção do voto para o candidato e/ou partido, encontramos aqueles que votavam no candidato respondendo 34,9% que a democracia é a melhor forma, 39,5% que não e 25,6% não soube responder; entre aqueles que votam no partido, cerca de 41% disse que sim enquanto cerca de 58% não soube responder, sendo que ninguém disse que essa não era a melhor forma de governo. Entre aqueles que disseram atentar para ambos, cerca de 28% disse que sim, 12% disse que não e 59% não soube responder. E, entre os classificados como outros, a maioria disse não ou não soube responder com cerca de 42% cada um.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA QUANTITATIVA

Vota em Americana?

1.Sim 2.Não

1.Idade?

1.De 16 a 19 2.De 20 a 25 3.De 26 a 31 4.De 32 a 45 5.De 45 a 60 6.Mais de 60

2.Grau de escolaridade?

1.Fundamental 2.Básico 3.Médio 4.Superior 5.Superior incompleto

3.Quantos membros na família?

1.um 2.dois a três 3.quatro a seis 4.mais que seis

4.Qual a renda familiar?

1. Menos que um salário 2. De um a dois salários 3. De três a cinco salários 4. De seis a oito salários
5. De nove a quinze salários 6. Mais de quinze salários mínimos 7. N.R.

5.Participa de algum grupo, associação ou sindicato?

1.Sim 2.Não Qual(is) _____

6.Frequenta comícios?

1.Sim 2.Não

7.Assiste horário eleitoral?

1.Sim 2.Não

8.Se identifica como:

1.branco 2.negro 3.mulato 4.índio 5.Nenhum/n.q.d 6.Outro _____

9.Você acha que a democracia é a melhor forma de governo?

1.Sim 2.Não 2.Não sabe

10.Na hora do voto atenta para:

1.o candidato 2.o partido 3.os dois 4.outro

11.Se interessa por assuntos relacionados à política?

1.Sim 2.Não

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

- Você se lembra do seu voto para vereador? E para prefeito? Para deputados? Governador? Presidente?
- Por que essas escolhas?
- Se fosse obrigatório você votaria?
- Você acha que seu voto pode acarretar mudanças?
- Qual partido você mais se identifica? Qual menos se identifica?
- Qual o nome do presidente, do governador e do prefeito?
- O que é democracia? (Caso haja dificuldades) O que você acha de poder votar, escolher o presidente, o prefeito etc?
- Você acha necessário haver igualdade e distribuição de rendas para haver democracia?
- Você acha o voto importante?
- O que é ser de direita e de esquerda na política?
- Você já militou em algum partido ou movimento?
- Se houvesse necessidade qual a melhor forma de chamar atenção e/ou reivindicar uma alguma obra, melhorias, salário, etc? (Caso haja dificuldade exemplificar) Manifestação, protesto, greve...
- Você acompanha o mandato dos eleitos?
- Costuma ler jornais, revistas, assistir noticiário em radio ou tv?
- Se o seu candidato tivesse se envolvido em algum escândalo no passado você votaria nele? Mesmo se nada fosse comprovado?
- Você votaria no candidato que rouba mas faz?